

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018**

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2.	ENTIDADES DO GRUPO.....	9
3.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	15
4.	ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	20
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
6.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	23
7.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	23
8.	TRIBUTOS A RECUPERAR	26
9.	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	26
10.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	27
11.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES.....	29
12.	OUTROS CRÉDITOS	31
13.	INVESTIMENTOS.....	32
14.	IMOBILIZADO.....	39
15.	INTANGÍVEL.....	42
16.	FORNECEDORES.....	45
17.	TRIBUTOS A PAGAR	45
18.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	46
19.	DEBÊNTURES	52
20.	PROVISÕES.....	54
21.	CONTINGÊNCIAS.....	60
22.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	68
23.	OUTROS DÉBITOS	70
24.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	70
25.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	73
26.	RECEITA LÍQUIDA	74
27.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	75
28.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	76
29.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	77
30.	RESULTADO FINANCEIRO.....	77
31.	CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO.....	78
32.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	78
33.	SEGUROS	91
34.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	92
35.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	94
36.	EVENTOS SUBSEQUENTES	94

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.284	6.955	356.642	269.928
Títulos e valores mobiliários	6	3	6	1.038.096	72.348
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	2.934.279	3.121.871
Estoques		-	-	39.287	36.692
Tributos e contribuições	8	-	19	72.695	87.457
Imposto de renda e contribuição social	8	727	857	35.754	51.851
Ativos financeiros do setor	10	-	-	428.204	166.951
Despesas pagas antecipadamente		100	-	24.753	28.079
Dividendos a receber	13	45.942	22.599	-	-
Serviços prestados a receber		306	134	93.920	83.071
Rendas a receber swap	32	-	-	27.569	7.922
Outros créditos	12	11.423	9.639	340.190	211.802
		59.785	40.209	5.391.389	4.137.972
Ativos classificados como mantidos para venda	4	61.620	-	108.517	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		121.405	40.209	5.499.906	4.137.972
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	909.526	584.949
Tributos e contribuições	8	-	-	53.726	53.965
Tributos diferidos	9	-	-	424.806	364.508
Despesas pagas antecipadamente		-	-	125	125
Ativos financeiros do setor	10	-	-	305.562	33.390
Ativo financeiro de concessões	11	-	-	4.090.912	3.764.195
Depósitos vinculados a litígios	20	591	412	295.594	274.019
Rendas a receber swap	32	-	-	406.615	8.956
Investimentos	13	3.217.083	3.424.901	537.705	536.004
Imobilizado	14	-	-	1.535.570	1.613.399
Intangível	15	-	-	3.501.047	3.573.567
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.217.674	3.425.313	12.061.188	10.807.077
TOTAL DO ATIVO		3.339.079	3.465.522	17.561.094	14.945.049

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Fornecedores	16	369	1.177	2.224.161	2.022.507
Tributos e contribuições	17	66	77	281.854	204.137
Imposto de renda e contribuição social	17	5	15	6.591	62.624
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.152.367	1.394.929
Debêntures	19	-	-	1.072.619	1.073.506
Passivos financeiros do setor	10	-	-	-	98.859
Rendas a pagar swap	32	-	-	-	962
Dividendos a pagar	13	-	29.503	-	29.503
Obrigações estimadas		1.233	1.546	85.292	66.437
Benefícios pós-emprego	22	-	-	-	97
Outros débitos	23	892	731	565.308	539.568
		2.565	33.049	5.388.192	5.493.129
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	4	-	-	39.144	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.565	33.049	5.427.336	5.493.129
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	4.804.772	1.720.726
Debêntures	19	-	-	2.798.847	3.221.408
Rendas a pagar swap	32	-	-	122.351	100.743
Tributos e contribuições	17	-	-	317.670	224.489
Tributos diferidos	9	-	-	204.941	179.383
Provisões	20	-	-	483.632	450.330
Benefícios pós-emprego	22	-	-	-	52.434
Outros débitos	23	-	-	65.031	69.934
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	8.797.244	6.019.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	25	2.225.822	2.225.822	2.225.822	2.225.822
Reservas de lucros		955.473	955.473	955.473	955.473
Ajustes de avaliação patrimonial		340.185	352.671	340.185	352.671
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(101.493)	(101.493)	(101.493)
Prejuízos acumulados		(83.473)	-	(83.473)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.336.514	3.432.473	3.336.514	3.432.473
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.339.079	3.465.522	17.561.094	14.945.049

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
RECEITA LÍQUIDA	26	-	-	-	-	3.176.446	9.080.783	2.793.314	7.905.001
CUSTO DA OPERAÇÃO	28	-	-	-	-	(2.706.994)	(7.355.356)	(2.255.983)	(6.242.631)
Energia comprada para revenda	29	-	-	-	-	(2.250.550)	(6.089.340)	(1.805.762)	(4.980.231)
Pessoal e administradores		-	-	-	-	(65.841)	(185.899)	(46.288)	(177.320)
Materiais		-	-	-	-	(3.076)	(35.203)	(16.981)	(52.396)
Serviços de terceiros		-	-	-	-	(96.401)	(266.709)	(82.457)	(252.440)
Depreciações e amortizações		-	-	-	-	(131.705)	(392.302)	(124.408)	(367.019)
Custo de construção		-	-	-	-	(183.444)	(466.937)	(165.897)	(432.317)
Outras receitas e despesas / custos		-	-	-	-	24.023	81.034	(14.190)	19.092
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	469.452	1.725.427	537.331	1.662.370
DESPESAS OPERACIONAIS		(12.237)	(22.613)	(3.253)	(9.017)	(278.029)	(913.541)	(146.166)	(899.865)
Despesas gerais e administrativas	28	(3.224)	(9.247)	(3.253)	(9.017)	(272.900)	(878.173)	(165.041)	(844.855)
Outras receitas		-	-	-	-	11.055	18.467	25.245	29.184
Outras despesas		(9.013)	(13.366)	-	-	(16.184)	(53.835)	(6.370)	(84.194)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	13	18.272	96.048	62.636	41.964	(26.382)	(65.062)	(43.881)	(10.808)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		6.035	73.435	59.383	32.947	165.041	746.824	347.284	751.697
RESULTADO FINANCEIRO	30	96	(4)	86	51	(141.792)	(592.723)	(243.643)	(694.345)
Receita		264	794	114	220	256.535	577.128	28.225	91.008
Despesa		(168)	(798)	(28)	(169)	(398.327)	(1.169.851)	(271.868)	(785.353)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL		6.131	73.431	59.469	32.998	23.249	154.101	103.641	57.352
Imposto de renda e contribuição social correntes	31	-	-	-	-	9.877	(41.229)	(6.790)	(94.755)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	-	-	-	-	(26.995)	(39.441)	(37.382)	70.401
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.131	73.431	59.469	32.998	6.131	73.431	59.469	32.998
Atribuído aos acionistas controladores		6.131	73.431	59.469	32.998	6.131	73.431	59.469	32.998
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	25	0,03	0,36	0,29	0,16	0,03	0,36	0,29	0,16

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Lucro líquido do período	25	6.131	73.431	59.469	32.998	6.131	73.431	59.469	32.998
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	13	-	-	-	(15.621)	-	-	-	(15.621)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		6.131	73.431	59.469	17.377	6.131	73.431	59.469	17.377
Atribuído aos acionistas controladores		6.131	73.431	59.469	17.377	6.131	73.431	59.469	17.377

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

Notas	RESERVAS DE LUCROS						TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.225.822	267.847	687.626	352.671	(101.493)	-	3.432.473
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48), líquido de impostos	-	-	-	-	-	(169.341)	(169.341)
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do período	25	-	-	-	-	73.431	73.431
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	(12.486)	-	12.437	(49)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	2.225.822	267.847	687.626	340.185	(101.493)	(83.473)	3.336.514

Notas	RESERVAS DE LUCROS						TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017	2.225.822	261.636	582.188	370.022	(85.872)	-	3.353.796
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do período	25	-	-	-	-	32.998	32.998
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes							
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	13	-	-	-	(15.621)	-	(15.621)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	(12.879)	-	12.730	(149)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	2.225.822	261.636	582.188	357.143	(101.493)	45.728	3.371.024

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Atividades Operacionais		52.123	23.819	(92.569)	163.534
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(9.250)	(8.966)	1.117.038	1.753.664
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.431	32.998	154.101	57.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	-	-	366.310	386.158
Depreciação e amortização	28	-	-	406.483	388.207
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado / investimento		-	-	11.236	47.967
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	30	-	-	543.713	4.792
Provisão de contingências, depósitos judiciais e atualizações		-	-	174.277	141.082
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		-	-	(13.158)	(7.263)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	-	-	474.741	518.518
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	22	-	-	2.065	2.977
Variação swap	30	-	-	(355.250)	179.560
Resultado de equivalência patrimonial	13	(96.048)	(41.964)	65.062	10.808
Reavaliação dos ativos disponíveis para venda	13	13.367	-	13.367	-
Valor justo do ativo indenizável da concessão	26	-	-	(134.028)	(54.157)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	10	-	-	(591.881)	77.663
Variações nos ativos e passivos		61.373	32.785	(1.209.607)	(1.590.130)
Títulos e valores mobiliários		3	(6)	(66.613)	(15.958)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(746.714)	(636.140)
Dividendos recebidos	13	64.434	35.556	1.852	2.825
Tributos, contribuições e impostos a compensar		149	(76)	58.036	5.265
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(40.403)	(442.496)
Estoques		-	-	(2.595)	(203)
Serviços prestados a receber		(172)	(3.691)	(10.849)	8.457
Despesas pagas antecipadamente		(100)	8	3.326	5.107
Depósitos vinculados a litígios		(179)	(5)	(42.020)	(37.802)
Outros ativos		(1.784)	81	(191.842)	159.607
Ativos e passivos classificados como mantidos para venda		-	-	(43.554)	-
Fornecedores		(808)	447	209.557	318.673
Obrigações estimadas		(313)	(285)	18.855	14.118
Tributos, contribuições e impostos a pagar		(21)	59	166.944	4.622
Provisões		-	-	(120.530)	(87.719)
Benefícios pós-emprego		-	(2)	(97)	169
Outros passivos		164	699	41.483	(242.688)
Juros pagos	18/19	-	-	(337.252)	(469.069)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(107.191)	(176.898)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento		(28.291)	(27.802)	(1.483.700)	(548.893)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(44.310)	(53.689)
Aquisições de bens do ativo intangível		-	-	(463.640)	(363.765)
Aplicações/Aquisições no investimento permanente - Aporte nas investidas	13	(28.291)	(27.802)	(76.615)	(134.051)
Resgate de aplicações financeiras		-	-	657.867	2.612
Aplicações financeiras		-	-	(1.557.002)	-
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(29.503)	-	1.662.983	(31.203)
Dividendos pagos		(29.503)	-	(29.503)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	-	-	4.900.301	1.890.610
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	-	-	(3.153.316)	(1.921.813)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	22	-	-	(54.499)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5.671)	(3.983)	86.714	(416.562)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.955	6.332	269.928	668.304
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.284	2.349	356.642	251.742

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017
Receitas		-	-	14.718.080	12.880.557
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	14.586.546	12.808.043
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	497.844	458.672
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	28	-	-	(366.310)	(386.158)
Insumos adquiridos de terceiros		(16.284)	(3.513)	(7.114.503)	(5.995.852)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	29	-	-	(6.089.340)	(4.980.231)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(16.284)	(3.513)	(1.025.163)	(1.015.621)
Valor adicionado bruto		(16.284)	(3.513)	7.603.577	6.884.705
Retenções		-	-	(406.483)	(388.207)
Depreciação e amortização	28	-	-	(406.483)	(388.207)
Valor adicionado líquido produzido		(16.284)	(3.513)	7.197.094	6.496.498
Valor adicionado recebido em transferência		96.842	42.184	512.066	80.200
Resultado de equivalência patrimonial	13	96.048	41.964	(65.062)	(10.808)
Receitas financeiras	30	794	220	577.128	91.008
Valor adicionado total a distribuir		80.558	38.671	7.709.160	6.576.698
Distribuição do valor adicionado		80.558	38.671	7.709.160	6.576.698
Pessoal		5.375	4.977	291.679	288.702
Remuneração direta		4.840	4.556	210.729	203.585
Benefícios		302	185	59.039	52.736
FGTS		233	236	20.069	29.830
Outros		-	-	1.842	2.551
Impostos, taxas e contribuições		639	536	6.134.885	5.430.316
Federais		638	536	2.856.961	2.541.370
Estaduais		-	-	3.265.079	2.876.757
Municipais		1	-	12.845	12.189
Remuneração de capitais de terceiros		1.113	160	1.209.165	824.682
Juros		739	160	1.167.999	796.877
Aluguéis		374	-	41.166	27.805
Outras		-	-	-	-
Remuneração de capitais próprios		73.431	32.998	73.431	32.998
Lucros retidos	25	73.431	32.998	73.431	32.998

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (“Light” ou “controladora”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light, descritas na nota explicativa 02, compõem o Grupo Light (“Companhia”).

A Companhia é listada no Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no segmento do Novo Mercado (B3), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$72.570 (R\$1.355.157 negativo em 31 de dezembro de 2017). Esse cenário foi possível, em decorrência do alongamento do seu perfil de dívida, principalmente em função da conclusão de importantes operações financeiras, como a criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e a captação de recursos através da oferta no mercado internacional de *notes unit*, conforme descrito na nota explicativa 18.

2. ENTIDADES DO GRUPO

a) Controladas Diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA” - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (“Light Energia” - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou as empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades

como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Lajes Energia S.A. (“Lajes Energia” – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014. As operações comerciais da PCH Lajes iniciaram em 21 de julho de 2018.
- Renova Energia S.A. (“Renova Energia” – 17,2%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. Em 30 de setembro de 2018, a Renova Energia tem participação direta ou indireta nessas fontes que totaliza 628 MW contratados, dos quais 190 MW estão em operação ou aptos a operar. A Renova Energia é controlada em conjunto pela Light Energia (17,2%), pela RR Participações S.A. (13,8% no bloco de controle), que não é parte relacionada, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT (36,2%). Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA ENERGIA					
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(b)	99,99%
Energética Serra da Prata S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Amescia S.A.	(b)	99,99%
Renova PCH Ltda.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(b)	99,99%
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Abil S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Angico S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Macambira S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tingui S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(a)	99,99%
Espra Holding S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Calandira S.A.	(a)	99,99%
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Cansação S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	(a)	99,99%	Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Ico S.A.	(a)	99,99%	Parque Eólico Iansã LTDA	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Conquista S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jataí S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(a)	99,99%
Renovapar S.A.	(a)	100,00%	Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Cedro S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Facheiro S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Sabiu S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(b)	99,99%
			Renova Comercializadora de Energia S.A.	(a)	100,00%
			Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(a)	99,99%
			Bahia Holding S.A.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(a)	99,99%
			Centrais Eólicas Angelim S.A.	(b)	99,99%
			Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Putumaju S.A.	(a)	99,99%
			Brasil PCH S.A.	(c)	51,00%

(a) Controlada direta da Renova

(b) Controlada indireta da Renova

(c) Controlada em conjunto da Renova

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia” - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ipatinga – MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela

Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%). O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs. Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. Em 15 de dezembro de 2015, o contrato com o Consórcio Construtor das PCHs foi rescindido. Devido aos diversos atrasos no cronograma de implantação das obras, ocasionado também pela rescisão do contrato EPC, a Guanhões Energia promoveu a descontratação de 78,35%, correspondendo a 158.546 MWh, da energia compromissada no leilão A-3 para o ano de 2018. Após a formalização de um novo contrato de implantação do escopo das obras remanescentes, estas foram retomadas em novembro de 2017, tendo sido acordadas novas datas para início da geração comercial das PCHs, cuja entrada em operação comercial da primeira Unidade Geradora da PCH Senhora do Porto foi realizada em 29 de maio de 2018 e a segunda Unidade Geradora em 21 de julho de 2018. Para a PCH Dores de Guanhões, a primeira Unidade Geradora entrou em operação comercial em 02 de outubro de 2018 e a segunda Unidade Geradora tem previsão para novembro de 2018. A Administração da Guanhões possui a expectativa de que as demais PCHs entrarão em operação comercial até abril de 2019 ⁽¹⁾.

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. ("São Judas Tadeu" - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.
- Central Eólica Fontainha Ltda. ("Fontainha" - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.

Light Esco Prestação de Serviços S.A. ("Light Esco" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Em 20 de março de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre a Light S.A. e Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen"), para a alienação da totalidade das ações detidas pela Light na controlada Light Esco, conforme detalhado na nota explicativa 04.

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

Em 25 de setembro de 2018, a controlada Light Esco celebrou contrato de compra e venda de ativos, assunção de passivos e outras avenças com a controlada Itaocara Energia Ltda. A operação foi efetuada por meio de nota promissória, no montante de R\$64.334 e resultou no aumento do capital social da Itaocara Energia.

Itaocara Energia Ltda. ("Itaocara Energia" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Itaocara Energia participa do Consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%. Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara. Em 26 de abril de 2016, ocorreu a transferência da concessão para a Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. A Itaocara Energia possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Hidrelétrica Itaocara" - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade o Rio de Janeiro - RJ. Controlada em conjunto pela Itaocara Energia (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. ("Light Soluções" - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social ("Instituto Light" - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. ("Lightger") - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW e 19,5 MW de garantia física.

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. ("Energia Olímpica") – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que teve por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectam à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). As construções da subestação Vila Olímpica e das duas linhas subterrâneas foram concluídas. Consequentemente, demos início ao processo de liquidação da Energia Olímpica, que será finalizado até o final do exercício de 2018 ⁽¹⁾ e não são esperados efeitos materiais.

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Com o andamento dos serviços das obras civis e montagem, que possibilitaram a realização dos testes das unidades geradoras de Pimental e de Belo Monte sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional, entraram em operação comercial no ano de 2016 as unidades 01, 02 e 03 de Belo Monte, e as unidades 01, 02, 03 e 04 de Pimental. Em 2017, entraram em operação comercial as unidades 04, 05, 06 e 07 de Belo Monte e as unidades 05 e 06 de Pimental. Em 2018, entram em operação comercial as

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

unidades 08, 09 e 10 de Belo Monte. A entrada em operação das demais unidades geradoras está prevista para até fevereiro de 2020 ⁽¹⁾.

c) Consolidação do Grupo Light

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e em conformidade com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board* – IASB e incluem as informações trimestrais da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a controladora: tem poder sobre a investida; está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A controladora reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Se a controladora perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações trimestrais do Grupo e suas controladas em 30 de setembro de 2018. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

	30.09.2018		31.12.2017	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light SESA	100,0	-	100,0	-
Light Energia	100,0	-	100,0	-
Fontainha	-	100,0	-	100,0
São Judas Tadeu	-	100,0	-	100,0
Lajes	-	100,0	-	100,0
Light Esco	100,0	-	100,0	-
Lightcom	100,0	-	100,0	-
Light Soluções	100,0	-	100,0	-
Instituto Light	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia	100,0	-	100,0	-

d) Concessões e autorizações do Grupo Light

Segue abaixo um quadro com as datas das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 30 de setembro de 2018:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data do vencimento
Light SESA	jun/1996	jun/2026
Light Energia	jun/1996	jun/2026
PCH Lajes - Lajes Energia	jul/2014	jun/2026

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A autorização para emissão das informações trimestrais foi dada pela Administração da Companhia em 12 de novembro de 2018.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia relativas ao terceiro trimestre de 2018, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e em conformidade com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das

informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 27 de março de 2018. As práticas contábeis adotadas para estas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Essas informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações trimestrais apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

a) Principais mudanças nas políticas contábeis decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2018

- IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC47) usando o método retrospectivo modificado, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

A IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A IFRS 15 substitui as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18 (CPC 30) Receitas, IAS 11 (CPC 17) Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Os impactos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) na demonstração do resultado para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, estão abaixo apresentados:

	Saldo sem adoção do IFRS 15 01.07.2018 a 30.09.2018	Efeitos da Adoção IFRS 15 (CPC 47)	Saldo Publicado 01.07.2018 a 30.09.2018	Saldo sem adoção do IFRS 15 01.01.2018 a 30.09.2018	Efeitos da Adoção IFRS 15 (CPC 47)	Saldo Publicado 01.01.2018 a 30.09.2018
Consolidado						
Receita Líquida ^(a)	3.180.261	(3.815)	3.176.446	9.105.448	(24.665)	9.080.783
Despesas gerais e administrativas	(276.715)	3.815	(272.900)	(902.838)	24.665	(878.173)

^(a) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD na Receita Líquida

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou a IFRS 9 (CPC 48) e não reapresentará as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. As eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) foram reconhecidas na rubrica de lucros/prejuízos acumulados.

Classificação – Ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01.01.2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa (CDB)	Custo amortizado	Custo amortizado	211.977
Títulos e valores mobiliários (CDB)	Mantido até o vencimento	Custo amortizado	57.275
Títulos e valores mobiliários (Cotas de fundos de investimento)	VJR	VJR	15.073
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.706.820
Ativo financeiro de concessões	Disponível para venda	VJR	3.764.195
Ativos financeiros do setor	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	101.482
Swap	VJR	VJR	16.878
Total de ativos financeiros			7.873.700
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	2.022.507
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	3.115.655
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	4.294.914
Swap	VJR	VJR	101.705
Total de passivos financeiros			9.534.781

Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Essa alteração do modelo, tem como objetivo reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Com base no novo modelo, as perdas estimadas para contas a receber foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito dos últimos três anos (2017, 2016 e 2015). A Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo das taxas de perda separadamente por classe de consumo. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do período, como segue:

	Saldo sem adoção do IFRS 9 em 30.09.2018	Efeitos da Adoção IFRS 9 (CPC 48)	Saldo Publicado 30.09.2018
Consolidado			
Ativo			
Clientes	4.100.382	(256.577)	3.843.805
Tributo diferido	337.570	87.236	424.806
Patrimônio líquido			
Lucros (prejuízos) acumulados	85.868	(169.341)	(83.473)

b) Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018:

- Modificações à IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18) - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture".
- Modificações à IFRS 2 (CPC 10) - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações.
- IFRIC 22 (ICPC 21) – Transações em moeda estrangeira e adiantamentos.
- Modificações à IAS 40 (CPC 28) - Transferências de propriedades de investimento.
- Modificações à IFRS 1 (CPC 37) e IAS 28 (CPC 18) - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.
- IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda

c) Em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamento mercantil.

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A Companhia está avaliando o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em 20 de março de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre a Light S.A. e Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A., para a alienação da totalidade das ações detidas pela Light na controlada Light Esco, no montante de R\$43.400. Entretanto, para finalização da operação, existiam algumas condições precedentes.

Em 30 de setembro de 2018, o montante inicial do contrato foi ajustado, tendo em vista critérios específicos de atualizações, e o valor a ser recebido pela Light S.A. passou a ser de aproximadamente R\$61.620. Na mesma data, os ativos e passivos que não foram incluídos no escopo da transação supramencionada, foram adquiridos pela controlada Itaocara Energia.

Conforme preconiza a IFRS 5 (CPC 31) (Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada) a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como Ativos não circulantes mantidos para venda.

O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda. No caso da alienação dos ativos pela Companhia, o valor justo dos ativos deduzido das despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R\$13.367 reconhecidos como despesa no resultado do período findo em 30 de setembro de 2018, na rubrica de outras despesas.

(i) Controladora

Ativos classificados como mantidos para venda	30.09.2018
Projetos da Light ESCO mantidos para venda	61.620

(ii) Consolidado

Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2018:

ATIVO	Projetos mantidos para venda
Caixa e equivalentes de caixa	11.049
Clientes	9.277
Estoques	3.050
Tributos e contribuições	50
Imposto de renda e contribuição social	2.318
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	25.744
Clientes	10.515
Tributos e contribuições	1.146
Tributos diferidos	11.901
Imobilizado	59.211
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	82.773
TOTAL DO ATIVO	108.517

PASSIVO	Projetos mantidos para venda
Fornecedores	8.109
Tributos e contribuições	3.104
Imposto de renda e contribuição social	12
Empréstimos e financiamentos	6.869
Obrigações estimadas	85
Outros débitos	56
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	18.235
Empréstimos e financiamentos	20.909
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.909
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69.373
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108.517

Classificados como:

Ativos classificados como mantidos para venda 108.517

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda 39.144

Demonstração do Resultado	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
RECEITA LÍQUIDA	11.276	34.431
CUSTOS DA OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS	(17.319)	(44.176)
PREJUÍZO BRUTO	(6.043)	(9.745)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	(6.043)	(9.745)
RESULTADO FINANCEIRO	32	(185)
Receita	543	1.414
Despesa	(511)	(1.599)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL	(6.011)	(9.930)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.576	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.179)	2.031
PREJUÍZO DOS PERÍODOS	(5.614)	(7.896)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Numerário disponível	98	238	47.180	57.951
Aplicações financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.186	6.717	320.511	211.977
	1.284	6.955	367.691	269.928
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 04)	-	-	(11.049)	-
TOTAL	1.284	6.955	356.642	269.928

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 85,1% do CDI em 30 de setembro de 2018 (70,3% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de

ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 32.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	310.263	57.275
Fundo de investimento	727.833	15.073
TOTAL	1.038.096	72.348

São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, (iii) fundos de investimentos e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 101,8% do CDI em 30 de setembro de 2018 (72,6% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.937.924	-	1.937.924	2.005.337	-	2.005.337
Fornecimento não faturado	448.040	-	448.040	495.428	-	495.428
Parcelamento de débitos	1.098.435	828.494	1.926.929	908.884	507.940	1.416.824
Comercialização de energia	630.294	81.032	711.326	424.197	-	424.197
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	24.532	-	24.532	25.010	-	25.010
Outras contas a receber	6	10.515	10.521	100	77.009	77.109
	4.139.231	920.041	5.059.272	3.858.956	584.949	4.443.905
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(1.195.675)	-	(1.195.675)	(737.085)	-	(737.085)
	2.943.556	920.041	3.863.597	3.121.871	584.949	3.706.820
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	(9.277)	(10.515)	(19.792)	-	-	-
TOTAL	2.934.279	909.526	3.843.805	3.121.871	584.949	3.706.820

A Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída considerando um modelo prospectivo, com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos e considerada suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$164.297 (R\$447.211 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). As baixas foram realizadas contra a provisão

esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Os saldos de parcelamento de débitos incluem parcelamentos de faturas de consumidores em função dos programas de negociação realizados. Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 14,0% a.a.

Em 30 de setembro de 2018, a controlada Light Energia possui um saldo a receber de R\$405.903 (R\$135.869 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica Comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

Classe de consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	TOTAL		PECLD	
	Faturado ⁽¹⁾	Não Faturado			30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Residencial	1.563.739	184.249	238.697	328.869	2.315.554	2.017.331	(714.002)	(232.181)
Industrial	41.014	18.945	44.125	55.790	159.874	157.949	(65.112)	(58.840)
Comercial	374.648	112.262	90.724	297.672	875.306	863.020	(243.945)	(299.511)
Rural	2.598	1.229	980	2.554	7.361	5.870	(2.063)	(3.442)
Poder Público	238.560	25.179	60.370	199.187	523.296	549.460	(115.339)	(105.654)
Iluminação Pública	67.903	7.335	17.702	20.361	113.301	95.387	(37.694)	(19.459)
Serviço Público	204.250	19.341	1.932	13.178	238.701	172.114	(9.291)	(17.998)
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	2.492.712	368.540	454.530	917.611	4.233.393	3.861.131	(1.187.446)	(737.085)
Comercialização de energia	630.294	-	-	81.032	711.326	424.197	-	-
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	24.532	79.500	-	-	104.032	81.468	(8.229)	-
Outras contas a receber	10.521	-	-	-	10.521	77.109	-	-
	3.158.059	448.040	454.530	998.643	5.059.272	4.443.905	(1.195.675)	(737.085)
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	(19.792)	-	-	-	(19.792)	-	-	-
TOTAL	3.138.267	448.040	454.530	998.643	5.039.480	4.443.905	(1.195.675)	(737.085)

⁽¹⁾ Inclui o montante de R\$1.926.929, referente ao saldo de parcelamento de débitos.

Em 01 de julho de 2016, foi publicado decreto devidamente regulamentado pela Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, que permitiu a compensação dos recebíveis em aberto de janeiro de 2015 a abril de 2016, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$153.140. Este decreto permitiu a compensação integral do saldo acima com valores a pagar de ICMS em até 29 parcelas. A compensação teve início em agosto de 2016 e em 30 de setembro de 2018 o saldo a ser compensado é de R\$15.843.

Em 29 de junho de 2017, foi publicado o Ofício nº353 da Subsecretária de Finanças do Estado, que permitiu a compensação dos recebíveis em aberto de maio de 2016 a maio de 2017, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$110.209. Este ofício permitiu a compensação integral do saldo acima com valores a pagar de ICMS em até 18 parcelas. A compensação teve início em julho de 2017 e em 30 de setembro de 2018 o saldo a ser compensado é de R\$18.369.

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante a receber era de R\$163.212.

Desse montante, a Companhia arrecadou R\$20.310 e o valor remanescente encontra-se classificado no saldo de parcelamento de débitos.

Em 28 de setembro de 2018, foi publicado o Ofício nº734 da Subsecretária de Finanças do Estado, que permitiu a compensação dos recebíveis em aberto de junho de 2017 a julho de 2018, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$109.663. Este ofício permitiu a compensação integral deste saldo com valores a pagar de ICMS em até 2 parcelas. A compensação terá início em novembro de 2018. Esse parcelamento encontra-se classificado no saldo de parcelamento de débitos.

Em 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que permitirá o parcelamento das faturas de energia elétrica em aberto em 30 de setembro de 2018, no montante de R\$78.551. O montante atualizado é de R\$109.913 e será pago em 22 parcelas, com início do pagamento a partir de março de 2019. Esse parcelamento encontra-se classificado no saldo de parcelamento de débitos.

Seguem abaixo as movimentações da PECLD consolidada nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

SALDO EM 31.12.2017	(737.085)
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48)	(256.577)
Adições (Nota 28)	(366.310)
Baixas	164.297
SALDO EM 30.09.2018	(1.195.675)
SALDO EM 01.01.2017	(787.183)
Adições (Nota 28)	(386.158)
Baixas	447.211
SALDO EM 30.09.2017	(726.130)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 32.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	72.695	53.726	126.421	87.457	53.965	141.422
ICMS a compensar	50.783	53.809	104.592	64.318	52.902	117.220
PIS e COFINS a compensar	2.017	-	2.017	3.207	-	3.207
INSS	667	1.063	1.730	649	1.063	1.712
Outros	19.278	-	19.278	19.283	-	19.283
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	(50)	(1.146)	(1.196)	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35.754	-	35.754	51.851	-	51.851
Imposto de Renda retido na fonte	24.278	-	24.278	44.823	-	44.823
Antecipações	13.794	-	13.794	7.028	-	7.028
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	(2.318)	-	(2.318)	-	-	-
TOTAL	108.449	53.726	162.175	139.308	53.965	193.273

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	991.808	(760.042)	231.766	764.145	(579.020)	185.125
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	406.530	-	406.530	250.609	-	250.609
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.808	-	6.808	10.045	-	10.045
Provisões para riscos (Nota 20)	164.435	-	164.435	153.112	-	153.112
Complemento plano de pensão - CVM 695/12 (Nota 22)	-	-	-	12.817	-	12.817
Outros	27.939	-	27.939	34.638	-	34.638
Prejuízos fiscais	251.081	-	251.081	195.086	-	195.086
Base negativa de contribuição social	93.416	-	93.416	73.258	-	73.258
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 32)	41.599	(147.623)	(106.024)	34.580	(5.739)	28.841
Remuneração do ativo financeiro	-	(437.172)	(437.172)	-	(391.602)	(391.602)
Custo atribuído Light Energia	-	(175.247)	(175.247)	-	(181.679)	(181.679)
	991.808	(760.042)	231.766	764.145	(579.020)	185.125
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	(11.901)	-	(11.901)	-	-	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	979.907	(760.042)	219.865	764.145	(579.020)	185.125
Apresentação pelo líquido	(555.101)	555.101	-	(399.637)	399.637	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	424.806	(204.941)	219.865	364.508	(179.383)	185.125

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 30 de setembro de 2018, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de setembro de 2018 em até cinco anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2018	84.113
2019	272.523
2020	213.328
2021	229.187
2022	180.756
TOTAL BRUTO	979.907

A Companhia estima que a realização dos créditos fiscais diferidos ao longo do ano de 2018 será concentrada nos itens de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros derivativos e outros.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido, no montante de R\$96.675 (R\$87.822 em 31 de dezembro de 2017), relativo à controladora, tendo em vista as incertezas na sua realização.

10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado							
	30.09.2018							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	685.775	(348.318)	788.968	(145.770)	563.549	(104.121)	2.038.292	(598.209)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(69.777)	9.282	-	6.630	-	15.912	(69.777)
Custo de aquisição de energia	684.802	-	756.851	-	540.608	-	1.982.261	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(256.889)	-	(145.770)	-	(104.121)	-	(506.780)
PROINFA	973	-	512	-	366	-	1.851	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	(1.034)	8.087	-	5.776	-	13.863	(1.034)
Transporte de energia pela rede básica	-	(20.618)	14.236	-	10.169	-	24.405	(20.618)
Itens Financeiros	-	(337.037)	69.249	(284.663)	49.465	(203.331)	118.714	(825.031)
Outros itens financeiros	-	(315.185)	16.032	-	11.452	-	27.484	(315.185)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	-	-	-	(265.639)	-	(189.742)	-	(455.381)
Neutralidade da Parcela A	-	-	53.217	-	38.013	-	91.230	-
Devoluções tarifárias	-	(21.852)	-	(19.024)	-	(13.589)	-	(54.465)
ATIVOS (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	685.775	(685.355)	858.217	(430.433)	613.014	(307.452)	2.157.006	(1.423.240)
Apresentação pelo líquido	(685.355)	685.355	(430.433)	430.433	(307.452)	307.452	(1.423.240)	1.423.240
ATIVOS (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	420	-	427.784	-	305.562	-	733.766	-

	Consolidado							
	31.12.2017							
	Circulante		Circulante		Não circulante		Total	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	152.465	(38.967)	938.857	(593.292)	187.770	(118.658)	1.279.092	(750.917)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.883)	-	(122.386)	-	(24.477)	-	(150.746)
Custo de aquisição de energia	138.718	-	938.857	-	187.770	-	1.265.345	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(35.084)	-	(437.631)	-	(87.526)	-	(560.241)
PROINFA	10.008	-	-	-	-	-	10.008	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	976	-	-	(2.075)	-	(415)	976	(2.490)
Transporte de energia pela rede básica	2.763	-	-	(31.200)	-	(6.240)	2.763	(37.440)
Itens Financeiros	28.875	(241.232)	234.415	(413.029)	46.883	(82.605)	310.173	(736.866)
Outros itens financeiros	23.688	(241.232)	61.550	-	12.310	-	97.548	(241.232)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	34	-	-	(374.682)	-	(74.936)	34	(449.618)
Neutralidade da Parcela A	5.153	-	172.865	-	34.573	-	212.591	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(38.347)	-	(7.669)	-	(46.016)
ATIVOS (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	181.340	(280.199)	1.173.272	(1.006.321)	234.653	(201.263)	1.589.265	(1.487.783)
Apresentação pelo líquido	(181.340)	181.340	(1.006.321)	1.006.321	(201.263)	201.263	(1.388.924)	1.388.924
ATIVOS (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(98.859)	166.951	-	33.390	-	200.341	(98.859)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

SALDO EM 31.12.2017	101.482
(+) Constituição ^(a)	533.169
(+) Amortização ^(a)	74.152
(+) Pagamento de recursos de Conta CCRBT ^(a)	48.010
(-) Recebimento Tesouro Nacional - Ressarcimento P&D	(81.759)
(+) Atualização Selic (Nota 30)	58.712
SALDO EM 30.09.2018	733.766
SALDO EM 01.01.2017	(524.701)
(-) Constituição ^(a)	(81.536)
(+) Amortização ^(a)	285.836
(+) Pagamento de recursos de Conta CCRBT ^(a)	156.660
(+) Atualização Selic (Nota 30)	3.873
SALDO EM 30.09.2017	(159.868)

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica ativos e passivos financeiros do setor – receita não faturada (vide nota 26), que incluíram os recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2018	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2018	39.636	-	39.636
Ativos e passivos financeiros do setor (Amortização/Constituição)	(17.364)	765.959	748.595
Devoluções tarifárias ⁽¹⁾	(21.852)	(32.613)	(54.465)
SALDO EM 30.09.2018	420	733.346	733.766

⁽¹⁾ Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

a) Reajuste tarifário

Em 13 de março de 2018, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 10,36%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 7,83%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 2,53%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2018.

11. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

Em março de 2017, a controlada Light SESA assinou um aditivo ao contrato de concessão que assumiu novas obrigações relacionadas a indicadores de qualidade de serviço, aderiu às cláusulas de monitoramento econômico-financeiro, de neutralidade da Parcela A e permitiu alterar a data de reajuste para março de 2017. Neste contexto, foi homologada uma nova Base de Remuneração Regulatória para a Light SESA pela Aneel.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR").

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado		
	Ativo Financeiro Bruto	Obrigações Especiais	Ativo Financeiro Líquido
SALDO EM 31.12.2017	4.719.547	(955.352)	3.764.195
Adições ^(a)	229.789	(32.208)	197.581
Valor justo – atualização VNR (Nota 26)	169.604	(35.576)	134.028
Baixas	(4.892)	-	(4.892)
SALDO EM 30.09.2018	5.114.048	(1.023.136)	4.090.912

	Consolidado		
	Ativo Financeiro Bruto	Obrigações Especiais	Ativo Financeiro Líquido
SALDO EM 01.01.2017	4.064.198	(829.859)	3.234.339
Adições ^{(a)(b)}	194.215	(172.561)	21.654
Valor justo – atualização VNR (Nota 26)	67.939	(13.782)	54.157
Baixas	(1.319)	-	(1.319)
SALDO EM 30.09.2017	4.325.033	(1.016.202)	3.308.831

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 15).

^(b) Inclui (R\$97.540) referente as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos registradas em Obrigações especiais, que a partir do 4º ciclo de revisão tarifária, ocorrido em 15 de março de 2017, começaram a ser amortizadas com taxa de amortização de 3,8%.

12. OUTROS CRÉDITOS

Circulante	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Adiantamento a fornecedores ^(a)	108.051	3.444
Contribuição iluminação pública	104.712	86.157
Dispêndios a reembolsar	15.483	15.103
Desativações e alienações em curso	62.150	50.988
Subvenção baixa renda	5.485	24.505
Subvenção CDE ^(b)	42.495	28.721
Outros	1.814	2.884
TOTAL	340.190	211.802

^(a) Inclui, em 30 de setembro de 2018, o montante de R\$87.252 referente a adiantamentos realizados entre a Lightcom e a Renova Energia, conforme nota explicativa 24.

^(b) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e 8.221/14.

Em 19 dezembro de 2017 e em 25 de julho de 2018, foram realizadas operações de mútuo entre a controladora Light S.A e a controlada Lajes Energia no valor de R\$9.000 e de R\$1.000, respectivamente. As operações têm vencimento em 21 de janeiro de 2019 e taxa de CDI + 3,5% a.a. Em 30 de setembro de 2018, o montante devido à controladora é de R\$10.723, conforme descrito na nota explicativa 24.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	2.413.376	2.556.980	-	-
Light Energia	247.558	240.342	-	-
Renova Energia ^(b)	-	-	50.283	134.958
Guanhães Energia ^(b)	-	-	76.357	26.039
Light Esco ^(d)	-	152.333	-	-
Lightcom	58.849	91.326	-	-
Light Soluções	1.302	542	-	-
Lightger ^(b)	42.822	42.499	42.822	42.499
Itaocara Energia	106.054	37.495	-	-
Axxiom ^(b)	6.229	12.350	6.229	12.350
Amazônia Energia ^(b)	339.692	289.274	339.692	289.274
Energia Olímpica ^(b)	1.201	1.760	1.201	1.760
SUBTOTAL	3.217.083	3.424.901	516.584	506.880
Outros Investimentos permanentes ^(c)	-	-	21.121	29.124
SUBTOTAL	-	-	21.121	29.124
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.217.083	3.424.901	537.705	536.004

^(a) Empresa em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial

^(c) Inclui investimentos referentes a participações societárias em outras empresas, avaliadas pelo valor de mercado, que a controlada Light SESA detém e investimento realizado pela controlada Itaocara Energia na SPE UHE Itaocara.

^(d) Refere-se ao investimento classificado como ativo mantido para venda conforme nota explicativa 04.

* Instituto Light possui saldo inferior a R\$1 nos períodos apresentados.

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentadas abaixo:

Controladora									
Controladas e controladas em conjunto - Participações		Patrimônio líquido		Dividendos a receber		Dividendos recebidos		Lucro / (prejuízo) do período	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Light SESA	100,0%	2.413.376	2.556.980	-	(22.101)	(22.101)	-	25.736	(110.750)
Light Energia	100,0%	247.558	240.342	-	-	-	-	7.264	76.020
Light Esco	100,0%	-	152.333	-	-	-	-	(10.669)	22.978
Lightcom	100,0%	58.849	91.326	(45.444)	-	(40.481)	(32.731)	53.449	59.564
Light Soluções	100,0%	1.302	542	(498)	(498)	-	-	160	(1.143)
Lightger	51,0%	42.822	42.499	-	-	(1.852)	(2.675)	2.176	2.388
Itaocara Energia	100,0%	106.054	37.495	-	-	-	-	-	(104)
Axxiom	51,0%	6.229	12.350	-	-	-	(150)	(6.121)	(5.520)
Amazônia Energia	25,5%	339.692	289.274	-	-	-	-	19.101	1.024
Energia Olímpica	50,1%	1.201	1.760	-	-	-	-	-	272
		3.217.083	3.424.901	(45.942)	(22.599)	(64.434)	(35.556)	91.096	44.729

Consolidado							
Controladas em conjunto - Participações		Patrimônio líquido		Dividendos recebidos		Lucro / (prejuízo) do período	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Light Energia							
Renova Energia	17,2%	50.283	134.958	-	-	(83.611)	(23.493)
Guanhães Energia	51,0%	76.357	26.039	-	-	(2.835)	(1.126)
Lightger	51,0%	42.822	42.499	(1.852)	(2.675)	2.176	2.388
Axxiom	51,0%	6.229	12.350	-	(150)	(6.121)	(5.520)
Amazônia Energia	25,5%	339.692	289.274	-	-	19.101	1.024
Energia Olímpica	50,1%	1.201	1.760	-	-	-	272
		516.584	506.880	(1.852)	(2.825)	(71.290)	(26.455)

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Light SESA	2.314.365	2.314.365	13.995.905	12.352.046
Light Energia	77.422	77.422	2.801.800	1.922.484
Light Esco	81.750	146.084	108.517	207.008
Lightcom	4.500	4.500	373.024	272.317
Light Soluções	2.950	2.350	2.088	2.034
Lightger	40.408	40.408	101.608	98.276
Itaocara Energia	114.817	46.257	113.841	40.312
Axxiom	23.766	23.766	26.148	29.273
Amazônia Energia	337.012	313.548	339.694	289.279
Energia Olímpica ⁽¹⁾	-	-	2.781	2.739

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Light Energia				
Renova Energia	508.365	508.365	502.686	502.967
Guanhães Energia	250.084	196.930	162.691	30.775
Lightger	40.408	40.408	101.608	98.276
Axxiom	23.766	23.766	26.148	29.273
Amazônia Energia	337.012	313.548	339.694	289.279
Energia Olímpica ⁽¹⁾	-	-	2.781	2.739

⁽¹⁾ Energia Olímpica possui saldo de capital social integralizado inferior a R\$1 nos períodos apresentados.

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Controladora									
	31.12.2017	Aumento/ (redução) de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Transferência para mantidos para venda	Adoção IFRS 9 (CPC 48)	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		30.09.2018
								Outros	Resultado	
Light SESA	2.556.980	-	-	-	-	(169.341)	-	1	25.736	2.413.376
Light Energia	240.342	-	-	(49)	-	-	-	1	7.264	247.558
Light Esco	152.333	(64.334)	-	-	(61.620)	-	(13.367)	(2.343)	(10.669)	-
Lightcom	91.326	-	(85.925)	-	-	-	-	(1)	53.449	58.849
Light Soluções	542	600	-	-	-	-	-	-	160	1.302
Lightger	42.499	-	(1.852)	-	-	-	-	(1)	2.176	42.822
Itaocara Energia	37.495	68.561	-	-	-	-	-	(2)	-	106.054
Axiom	12.350	-	-	-	-	-	-	-	(6.121)	6.229
Amazônia Energia	289.274	23.464	-	-	-	-	-	7.853	19.101	339.692
Energia Olímpica	1.760	-	-	-	-	-	-	(559)	-	1.201
TOTAL	3.424.901	28.291	(87.777)	(49)	(61.620)	(169.341)	(13.367)	4.949	91.096	3.217.083

	Controladora							30.09.2017
	01.01.2017	Aumento de capital	Dividendos	Resultados abrangentes ^(a)	Baixa de custo atribuído	Equivalência patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.486.026	-	-	-	-	-	(110.750)	2.375.276
Light Energia	329.704	-	-	(15.621)	(149)	-	76.020	389.954
Light Esco	141.580	-	-	-	-	(7)	22.978	164.551
Lightcom	19.131	-	(32.731)	-	-	-	59.564	45.964
Light Soluções	3.240	1.000	-	-	-	(1.480)	(1.143)	1.617
Lightger	42.555	-	(2.006)	-	-	-	2.388	42.937
Itaocara Energia	34.829	553	-	-	-	2	(104)	35.280
Axiom	20.050	-	-	-	-	(1.278)	(5.520)	13.252
Amazônia Energia	267.330	26.249	-	-	-	-	1.024	294.603
Energia Olímpica	1.540	-	-	-	-	-	272	1.812
TOTAL	3.345.985	27.802	(34.737)	(15.621)	(149)	(2.763)	44.729	3.365.246

^(a) A realização do resultado abrangente da controlada Light Energia ocorreu em função da alienação do investimento da controlada em conjunto Renova Energia na TerraForm Global (investimento no exterior).

	Consolidado					30.09.2018
	31.12.2017	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial		
				Outros	Resultado	
Light Energia						
Renova Energia	134.958	-	-	(1.064)	(83.611)	50.283
Guanhães Energia	26.039	53.151	-	2	(2.835)	76.357
Lightger	42.499	-	(1.852)	(1)	2.176	42.822
Axiom	12.350	-	-	-	(6.121)	6.229
Amazônia Energia	289.274	23.464	-	7.853	19.101	339.692
Energia Olímpica	1.760	-	-	(559)	-	1.201
TOTAL	506.880	76.615	(1.852)	6.231	(71.290)	516.584

	Consolidado						
	01.01.2017	Aumento de capital	Resultados abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial		
					Ganho na diluição de participação	Outros	Resultado
Light Energia							
Renova Energia	305.543	18.000	(15.621)	-	20.143	(1)	(23.493)
Guanhães Energia	(61.481)	89.802	-	-	-	(3.216)	(1.126)
Lightger	42.555	-	-	(2.006)	-	-	2.388
Axiom	20.050	-	-	-	-	(1.278)	(5.520)
Amazônia Energia	267.330	26.249	-	-	-	-	1.024
Energia Olímpica	1.540	-	-	-	-	-	272
TOTAL	575.537	134.051	(15.621)	(2.006)	20.143	(4.495)	(26.455)
							681.154

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais de 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, e o resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 das controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

30.09.2018	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
ATIVO						
Circulante	41.776	104	65.017	1.970.422	6.812	2.262
Caixa e equivalente caixa	3.513	77	54.412	50.102	6.049	2.183
Outros	38.263	27	10.605	1.920.320	763	79
Não circulante	9.494	1.332.029	134.214	957.279	312.190	3.289
TOTAL DO ATIVO	51.270	1.332.133	199.231	2.927.701	319.002	5.551
PASSIVO						
Circulante	32.277	6	42.144	2.142.500	12.764	3.154
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.453	-	8.583	335.344	2.387	-
Outros	26.824	6	33.561	1.807.156	10.377	3.154
Não circulante	6.779	-	73.122	492.349	156.518	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.198	-	73.122	65.417	142.889	-
Outros	2.581	-	-	426.932	13.629	-
Patrimônio líquido	12.214	1.332.127	83.965	292.852	149.720	2.397
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.270	1.332.133	199.231	2.927.701	319.002	5.551

Acumulado 9 meses - 2018	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida	35.390	-	34.124	573.131	6.569	-
Custos	(40.460)	-	-	(679.260)	-	-
LUCRO/(PREJUÍZO) BRUTO	(5.070)	-	34.124	(106.129)	6.569	-
Despesas gerais e administrativas	(5.753)	(343)	(25.437)	(67.600)	(11.542)	-
Equivalência patrimonial	-	77.294	-	36.076	-	-
Outras despesas	-	-	-	(79.284)	-	-
Resultado financeiro líquido	(736)	(2.044)	(2.343)	(266.189)	(586)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(11.559)	74.907	6.344	(483.126)	(5.559)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(443)	-	(2.077)	(3.830)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(12.002)	74.907	4.267	(486.956)	(5.559)	-

31.12.2017	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
ATIVO						
Circulante	46.288	97	50.553	143.538	10.630	5.468
Caixa e equivalente caixa	3.428	70	44.195	24.750	7.428	2.235
Outros	42.860	27	6.358	118.788	3.202	3.233
Não circulante	11.111	1.134.339	142.146	2.785.799	49.713	-
TOTAL DO ATIVO	57.399	1.134.436	192.699	2.929.337	60.343	5.468
PASSIVO						
Circulante	29.371	28	30.340	1.750.936	9.242	1.956
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.477	-	8.617	1.212.702	-	-
Outros	23.894	28	21.723	538.234	9.242	1.956
Não circulante	3.812	-	79.028	392.391	44	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.465	-	79.028	80.636	-	-
Outros	2.347	-	-	311.755	44	-
Patrimônio líquido	24.216	1.134.408	83.331	786.010	51.057	3.512
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.399	1.134.436	192.699	2.929.337	60.343	5.468

Acumulado 9 meses - 2017	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida	33.157	-	29.968	526.148	-	-
Custos	(39.090)	-	-	(468.236)	-	-
LUCRO/(PREJUÍZO) BRUTO	(5.933)	-	29.968	57.912	-	-
Despesas gerais e administrativas	(5.196)	(392)	(19.839)	(64.458)	(669)	(116)
Equivalência patrimonial	-	4.411	-	63.007	-	-
Perda na alienação de ativos	-	-	-	(71.769)	-	-
Ganho no investimento ⁽¹⁾	-	-	-	172.243	-	-
Outras despesas	-	-	-	(29.436)	-	-
Resultado financeiro líquido	(331)	(3)	(3.470)	(377.205)	(1.538)	126
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(11.460)	4.016	6.659	(249.706)	(2.207)	10
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	636	-	(1.977)	112.881	-	(544)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(10.824)	4.016	4.682	(136.825)	(2.207)	(534)

⁽¹⁾ Como consequência da alienação das ações da TerraForm Global, a Renova Energia reclassificou os ganhos de ajustes positivos acumulados anteriormente registrados em outros resultados abrangentes, no valor de R\$172.243, para o resultado do período na linha Ganho no investimento.

- Consórcio UHE Itaocara

A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itaocara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença prévia pelo IBAMA e, em 29 de julho de 2013, a UHE Itaocara obteve a licença de instalação, que permite o início das obras. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I, com energia vendida por 30 anos, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ao preço de R\$154,99/MWh (data base abril de 2015).

- Renova Energia

- a) Continuidade operacional da controlada em conjunto indireta Renova Energia

Em 30 de setembro de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$486.956, possuía prejuízos acumulados de R\$2.681.546, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$172.078 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Diante desse cenário a Renova Energia vem executando ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, dentre elas: (i) suspensão do fornecimento de energia eólica incentivada; (ii) negociação para venda do Complexo Eólico Alto Sertão III; (iii) renegociação de dívida; e (iv) adiantamento de recursos de acionistas. A Renova Energia está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um Novo Plano de Reestruturação com vistas de equacionar a estrutura de capital e honrar seus compromissos.

- b) Investigações conduzidas por autoridades públicas na controlada em conjunto indireta Renova Energia sobre determinados gastos e suas destinações

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova Energia respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova Energia e aportes efetuados pela Renova Energia em determinados projetos em desenvolvimento durante o ano de 2014. Em dezembro de 2017, a Light respondeu um ofício para a polícia civil do estado de Minas Gerais, apresentando documentos relativos aos investimentos da controlada Light Energia na Renova. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova Energia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por conselheiros independentes, pelo presidente do conselho de administração e pelo coordenador do comitê de auditoria, que estão acompanhando a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna na Renova Energia ainda estão em andamento e não é possível, até o presente momento, mensurar eventuais efeitos desta investigação. Os projetos que deram origem a essa averiguação foram baixados pela Renova Energia, em dezembro de 2017, gerando um efeito no resultado da controlada Light Energia, por meio de equivalência patrimonial, no montante de R\$11.052.

- Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde de 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre

estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	30.09.2018				31.12.2017
	Taxa média anual	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,32	2.848.724	(1.817.711)	1.031.013	1.066.503
Transmissão	3,91	51.753	(36.299)	15.454	16.044
Distribuição ^(a)	4,69	21.932	(21.164)	768	907
Administração	7,96	447.171	(262.069)	185.102	199.574
Comercialização	7,96	101.568	(33.340)	68.228	72.837
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)		(82.412)	23.254	(59.158)	-
EM SERVIÇO		3.388.736	(2.147.329)	1.241.407	1.355.865
Geração		256.813	-	256.813	231.673
Administração		37.403	-	37.403	25.861
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)		(53)	-	(53)	-
EM CURSO		294.163	-	294.163	257.534
TOTAL DO IMOBILIZADO		3.682.899	(2.147.329)	1.535.570	1.613.399

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências para serviço	Saldos em 30.09.2018
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.309.087	-	-	2.250	1.311.337
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.623	-	(89)	331	300.865
Máquinas e equipamentos	1.639.222	-	(897)	7.226	1.645.551
Veículos	14.308	-	(293)	248	14.263
Móveis e utensílios	97.274	-	-	-	97.274
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	-	-	-	-	(82.412)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.462.372	-	(1.279)	10.055	3.388.736
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(891.464)	(13.056)	-	-	(904.520)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(186.027)	(4.750)	89	-	(190.688)
Máquinas e equipamentos	(932.844)	(45.473)	203	-	(978.114)
Veículos	(12.750)	(393)	292	-	(12.851)
Móveis e utensílios	(83.580)	(1.053)	-	-	(84.633)
Obrigações especiais	158	65	-	-	223
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	-	-	-	-	23.254
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(2.106.507)	(64.660)	584	-	(2.147.329)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	487	1	-	-	488
Reservatório, barragens e adutoras	24.730	4.008	(97)	(128)	28.513
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.972	5.773	(212)	(318)	35.215
Máquinas e equipamentos	145.146	38.383	(1.181)	(9.333)	173.015
Veículos	166	102	-	(248)	20
Móveis e utensílios	401	30	-	(28)	403
Estudos e projetos	56.632	97	(167)	-	56.562
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 4)	-	-	-	-	(53)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	257.534	48.394	(1.657)	(10.055)	294.163
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.613.399	(16.266)	(2.352)	-	1.535.570

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2017	Adições	Baixas	Transferências para serviço	Saldos em 30.09.2017
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	(22)	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.306.209	-	-	1.999	1.308.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.817	-	(2.645)	1.599	299.771
Máquinas e equipamentos	1.598.431	-	(8.566)	45.909	1.635.774
Veículos	14.272	-	(78)	220	14.414
Móveis e utensílios	105.798	-	(9.812)	1.381	97.367
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.427.407	-	(21.123)	51.108	3.457.392
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(873.953)	(13.133)	-	-	(887.086)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(182.411)	(4.779)	2.645	-	(184.545)
Máquinas e equipamentos	(876.359)	(49.487)	7.646	-	(918.200)
Veículos	(12.310)	(464)	78	-	(12.696)
Móveis e utensílios	(91.956)	(1.083)	9.794	-	(83.245)
Obrigações especiais	70	68	-	-	138
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(2.036.919)	(68.878)	20.163	-	(2.085.634)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	449	38	-	-	487
Reservatório, barragens e adutoras	15.699	7.516	-	(2.781)	20.434
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.159	445	(4)	(3.559)	31.041
Máquinas e equipamentos	161.393	29.883	(18.060)	(44.677)	128.539
Veículos	166	-	-	-	166
Móveis e utensílios	(1.573)	-	(1)	1.975	401
Estudos e projetos	37.660	21.848	(685)	(2.066)	56.757
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	247.953	59.730	(18.750)	(51.108)	237.825
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.638.441	(9.148)	(19.710)	-	1.609.583

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$4.084 (R\$6.041 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), cuja taxa média de capitalização foi de 9,8% ao ano.

(i) Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	2,70
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Reserv., barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos

imobilizados em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

15. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30.09.2018			31.12.2017
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	7.600.826	(4.805.222)	2.795.604	2.962.679
Outros ^(a)	894.150	(704.450)	189.700	127.406
EM SERVIÇO	8.494.976	(5.509.672)	2.985.304	3.090.085
Direito de uso da concessão	332.391	-	332.391	218.197
Outros ^(a)	183.352	-	183.352	265.285
EM CURSO	515.743	-	515.743	483.482
TOTAL INTANGÍVEL	9.010.719	(5.509.672)	3.501.047	3.573.567

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$13.543 (R\$21.734 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), cuja taxa média de capitalização foi de 9,8% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 30.09.2018
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	8.151.823	-	(51.955)	137.275	8.237.143
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	(622.531)	-	-	(13.786)	(636.317)
	7.529.292	-	(51.955)	123.489	7.600.826
Outros	860.687	-	-	115.949	976.636
Obrigações especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	(82.486)
	778.201	-	-	115.949	894.150
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	8.307.493	-	(51.955)	239.438	8.494.976
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(4.709.917)	(329.395)	47.914	-	(4.991.398)
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	143.304	42.872	-	-	186.176
	(4.566.613)	(286.523)	47.914	-	(4.805.222)
Outros	(661.665)	(56.031)	-	-	(717.696)
Obrigações Especiais - Outros	10.870	2.376	-	-	13.246
	(650.795)	(53.655)	-	-	(704.450)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(5.217.408)	(340.178)	47.914	-	(5.509.672)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	313.518	474.596	-	(372.941)	415.173
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	(95.321)	(33.455)	-	45.994	(82.782)
	218.197	441.141	-	(326.947)	332.391
Outros	265.285	28.139	-	(110.072)	183.352
	265.285	28.139	-	(110.072)	183.352
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	483.482	469.280	-	(437.019)	515.743
TOTAL	3.573.567	129.102	(4.041)	(197.581)	3.501.047

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do Ativo Financeiro da Concessão referente às Obrigações Especiais, vide nota explicativa 11.

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2017	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 30.09.2017
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	7.830.776	-	(7.991)	132.540	7.955.325
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	(513.288)	-	-	(97.315)	(610.603)
	7.317.488	-	(7.991)	35.225	7.344.722
Outros	776.955	-	-	84.542	861.497
Obrigações especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	(82.486)
	694.469	-	-	84.542	779.011
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	8.011.957	-	(7.991)	119.767	8.123.733
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(4.311.292)	(306.402)	5.872	-	(4.611.822)
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	91.963	37.520	-	-	129.483
	(4.219.329)	(268.882)	5.872	-	(4.482.339)
Outros	(591.127)	(52.711)	-	-	(643.838)
Obrigações especiais - Outros	7.703	2.376	-	-	10.079
	(583.424)	(50.335)	-	-	(633.759)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.802.753)	(319.217)	5.872	-	(5.116.098)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	549.290	422.402	(16.347)	(334.560)	620.785
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	(296.847)	(104.862)	-	269.876	(131.833)
	252.443	317.540	(16.347)	(64.684)	488.952
Outros	274.837	44.889	(9.940)	(76.737)	233.049
	274.837	44.889	(9.940)	(76.737)	233.049
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	527.280	362.429	(26.287)	(141.421)	722.001
TOTAL	3.736.484	43.212	(28.406)	(21.654)	3.729.636

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 11.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou o término da concessão, o que ocorrer antes. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear já que o regulador utiliza estas vidas úteis estimadas como base para determinação da tarifa a ser cobrada pela prestação dos serviços objetos das concessões, conforme contratos de concessão.

16. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Comercialização no mercado de curto prazo	1.085.726	712.363
Encargos de uso da rede elétrica	92.744	97.089
Energia livre – ressarcimento às geradoras	103.224	98.481
Leilões de energia	405.987	371.982
Itaipu binacional	247.728	414.615
UTE Norte Fluminense	119.141	123.042
Materiais e serviços	177.720	204.935
	2.232.270	2.022.507
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)	(8.109)	-
TOTAL	2.224.161	2.022.507

Em 30 de setembro de 2018, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$886.705 (R\$537.440 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica comercialização no mercado de curto prazo referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 32). Conforme mencionado na nota explicativa 07, a Companhia apresenta um saldo a receber de R\$405.903 (R\$135.869 em 31 de dezembro de 2017), resultando em um passivo líquido, em 30 de setembro de 2018, de R\$480.802 (passivo líquido de R\$401.571, em 31 de dezembro de 2017).

17. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	281.854	317.670	599.524	204.137	224.489	428.626
ICMS a pagar	157.055	187.128	344.183	54.392	79.014	133.406
Parcelamento - Lei 11.941/09	28.669	130.542	159.211	28.537	145.475	174.012
PIS e COFINS a pagar	84.200	-	84.200	105.013	-	105.013
INSS	2.774	-	2.774	1.727	-	1.727
Outros	12.260	-	12.260	14.468	-	14.468
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)	(3.104)	-	(3.104)	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.591	-	6.591	62.624	-	62.624
IRRF a pagar	811	-	811	973	-	973
Provisão de IRPJ / CSLL	5.792	-	5.792	61.651	-	61.651
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)	(12)	-	(12)	-	-	-
TOTAL	288.445	317.670	606.115	266.761	224.489	491.250

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Controlada	Consolidado					
		Circulante			Não circulante		Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
TN - Par Bond	Light SESA	-	4.428	4.428	155.830	155.830	160.258
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(131.404)	(131.404)	(99.537)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	1.307	1.307	108.733	108.733	110.040
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(91.875)	(91.875)	(69.714)
4131 Citibank 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	664.975
4131 Citibank 2018	Light SESA	280.273	5.025	285.298	480.468	480.468	765.766
4131 China Construction Bank	Light SESA	51.250	115	51.365	-	-	51.365
Bonds	Light SESA	-	47.735	47.735	1.601.560	1.601.560	1.649.295
4131 Citibank 2017	Light Energia	-	-	-	-	-	132.995
4131 Citibank 2018	Light Energia	80.078	546	80.624	-	-	80.624
4131 Itau 2016	Light Energia	-	-	-	-	-	43.371
Bonds	Light Energia	-	23.706	23.706	800.780	800.780	824.486
Custo de captação		(8.408)	-	(8.408)	(30.828)	(30.828)	(39.236)
Custo fee de covenants		(434)	-	(434)	(72)	(72)	(506)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		402.759	82.862	485.621	2.893.192	2.893.192	3.378.813
Eletrobras - Reluz	Light SESA	1.182	6	1.188	-	-	2.080
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	15.000	21	15.021	-	-	105.156
CCB - CEF 2016	Light SESA	-	-	-	-	-	25.153
CCB Bradesco 2016	Light SESA	59.920	1.038	60.958	14.980	14.980	121.511
CCB - IBM 2017	Light SESA	40.890	746	41.636	10.946	10.946	56.631
Leasing IBM	Light SESA	1.528	-	1.528	428	428	2.956
CCB - Santander 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	61.080
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	12.365	20	12.385	-	-	21.581
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	612	1	613	-	-	1.525
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	18.084	49	18.133	-	-	45.135
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	21.743	63	21.806	-	-	54.282
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	21.743	68	21.811	-	-	54.296
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	2	-	2	-	-	5
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	2	-	2	-	-	5
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	33.055	252	33.307	49.582	49.582	107.295
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	20.476	50	20.526	30.714	30.714	63.820
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	171	14.107	68.519	68.519	93.145
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	676	5	681	1.014	1.014	2.194
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	420	1	421	629	629	1.308
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	33.428	499	33.927	116.994	116.994	175.412
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	37.403	241	37.644	130.911	130.911	187.605
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	14.131	211	14.342	49.458	49.458	74.154
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	4.127	29	4.156	5.159	5.159	12.366
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	4.127	30	4.157	5.159	5.159	12.371
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	3.195	23	3.218	3.993	3.993	9.630
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	2.406	23	2.429	5.414	5.414	9.620
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	2.419	26	2.445	5.443	5.443	9.673
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.874	20	1.894	4.217	4.217	7.536
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.607	10	1.617	6.830	6.830	9.657
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	139	23.332	61.847	61.847	102.613
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	-	-	-	-	-	100.836
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	86.000	6.897	92.897	-	-	400.722
FIDC 2018 Série A	Light SESA	39.831	2.642	42.473	960.169	960.169	1.002.642
FIDC 2018 Série B	Light SESA	20.334	813	21.147	386.341	386.341	407.488
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	769	1	770	-	-	1.343
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	-	-	-	-	-	1.126
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	-	-	-	-	-	671
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	1.869	42	1.911	11.837	11.837	13.748
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	1.975	45	2.020	12.505	12.505	15.945
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	-	-	-	-	-	32.978
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	50.000	7.195	57.195	-	-	104.448
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	100.000	5.015	105.015	-	-	-
BNDES PROESCO	Light Esco e Itaocara	9.765	68	9.833	22.332	22.332	32.165
Fianças bancárias diversas		-	37	37	-	-	37
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	(35.104)	-	(35.104)	-	-	(35.104)
Retenção FIDC	Light SESA	(8.319)	-	(8.319)	-	-	(8.319)
Custo de captação		(9.109)	-	(9.109)	(32.932)	(32.932)	(42.041)
Custo fee de covenants		(437)	-	(437)	-	-	(3.207)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)		(6.812)	(57)	(6.869)	(20.909)	(20.909)	(27.778)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		640.306	26.440	666.746	1.911.580	1.911.580	2.578.326
TOTAL		1.043.065	109.302	1.152.367	4.804.772	4.804.772	5.957.139

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2018:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	69,80% CDI	4,48%	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	69,80% CDI	4,48%	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Abr/2024	Única	Abr/2024
4131 Citibank 2017	Light SESA	01.02.2017	US\$	CDI + 3,50%	N/A	Fev/2018	Única	Fev/2018
4131 Citibank 2018	Light SESA	01.02.2018	US\$	CDI + 3,50%	10,14%	Mai/2018	Semestral	Ago/2021
4131 China Construction Bank	Light SESA	30.09.2016	US\$	CDI + 4,50%	11,21%	Set/2017	Anual	Set/2019
Bonds	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% CDI	9,17%	Mai/2023	Única	Mai/2023
4131 Citibank 2017	Light Energia	03.02.2017	US\$	CDI + 3,50%	N/A	Nov/2017	Trimestral	Fev/2018
4131 Citibank 2018	Light Energia	01.02.2018	US\$	CDI + 3,50%	10,14%	Mar/2018	Semestral	Ago/2019
4131 Itaú 2016	Light Energia	09.12.2016	US\$	CDI + 4,10%	N/A	Mar/2017	Trimestral	Jun/2018
Bonds	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% CDI	9,18%	Mai/2023	Única	Mai/2023
Eletrobras - Reluz	Light SESA	22.03.2010	R\$	5,00%	5,00%	Set/2014	Mensal	Ago/2019
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	21.02.2017	R\$	140% do CDI	8,99%	Ago/2017	Bimestral	Fev/2019
CCB - CEF 2016	Light SESA	10.06.2016	R\$	CDI + 4,05%	N/A	Set/2016	Trimestral	Jun/2018
CCB Bradesco 2016	Light SESA	16.11.2016	R\$	CDI + 3,50%	10,14%	Fev/2017	Trimestral	Nov/2019
CCB - IBM 2017	Light SESA	10.01.2017	R\$	CDI + 3,84%	10,51%	Jan/2017	Trimestral	Mai/2020
Leasing IBM	Light SESA	10.11.2016	R\$	CDI + 2,90%	9,51%	Fev/2017	Mensal	Fev/2020
CCB - Santander 2017	Light SESA	01.02.2017	R\$	CDI + 4,50%	N/A	Mai/2017	Trimestral	Ago/2018
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	Mai/2011	Mensal	Set/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP	6,56%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 1,81%	8,37%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 2,21%	8,77%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 3,21%	9,77%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 2,21%	8,77%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 3,21%	9,77%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	9,34%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	9,38%	Mar/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	Abr/2015	Mensal	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	9,34%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	9,38%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	26.12.2016	R\$	TJLP + 3,74%	10,30%	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	26.12.2016	R\$	SELIC + 4,08%	10,76%	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	26.12.2016	R\$	TJLP + 3,74%	10,30%	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	9,14%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	10,14%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	9,17%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	9,14%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	10,14%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	9,17%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	Jan/2016	Mensal	Dez/2023
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mai/2016	Mensal	Mai/2022
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	30.12.2014	R\$	CDI + 6,30%	N/A	Mai/2018	Única	Mai/2018
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	21.12.2017	R\$	CDI + 3,50%	10,14%	Jan/2019	Única	Jan/2019
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	Real	CDI + 1,20%	7,70%	Jul/2019	Mensal	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	Real	IPCA + 5,75%	10,54%	Jul/2019	Mensal	Jun/2024
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	Mai/2011	Mensal	Set/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	10.04.2012	R\$	TJLP + 1,81%	N/A	Abr/2013	Mensal	Mar/2018
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	10.04.2012	R\$	TJLP + 1,81%	N/A	Abr/2013	Mensal	Mar/2018
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Lajes Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	9,51%	Fev/2017	Mensal	Jan/2026
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Lajes Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	9,51%	Abr/2017	Mensal	Jan/2026
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	02.02.2017	R\$	CDI + 4,50%	N/A	Ago/2017	Trimestral	Jul/2018
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	17.08.2017	R\$	CDI + 3,50%	10,14%	Mai/2018	Trimestral	Fev / 2019
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	23.03.2018	R\$	CDI + 3,50%	10,14%	Mar/2019	Única	Mar/2019
BNDES PROESCO	Light Esco e Itaocara	16.09.2008	R\$	TJLP + 0,53%	7,09%	Mai/2014	Mensal	Nov/2024

^(a) As taxas de juros divulgadas representam o custo efetivo da dívida, uma vez que a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

As principais operações financeiras no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foram:

- No primeiro trimestre de 2018, foram realizadas liberações do contrato da controlada Light SESA com o Banco IBM que totalizaram R\$20.048. As operações têm amortizações trimestrais, com vencimentos ao longo de 2020 e taxa de CDI + 3,9% a.a. Em 26 de abril de 2018 foi realizado o 5º aditamento desta linha de crédito alterando a taxa de juros de CDI + 3,9% para CDI + 2,97%. Após o aditamento, foram realizadas liberações que totalizaram R\$5.688.
- Em 01 de fevereiro de 2018, foi realizada a rolagem das dívidas da Light SESA e Light Energia com o Citibank. A rolagem da Light SESA foi no valor de R\$632.000, com vencimento em 02 de agosto de 2021, e, da Light Energia, de R\$94.800, com vencimento em 01 de agosto de 2019. Ambas operações foram realizadas por meio de operação 4131 com *swap* vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.
- Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$150.000 da controlada Light SESA com o Banco do Brasil, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tinha vencimento em 07 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.
- Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$117.000 da controlada Light SESA com o Banco Santander, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tinha vencimento em 08 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.
- Em 28 de março de 2018, foi emitida a 4ª Nota Promissória da controlada Light Energia no valor de R\$100.000 com a coordenação do Banco BBM. A operação tem prazo de um ano e taxa de CDI + 3,5% a.a.
- Em 03 de maio de 2018, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de notes units, consistentes de senior notes emitidas pelas controladas Light SESA e Light Energia, com garantia fidejussória da Light ("Notes Units"). As Notes Units foram emitidas no mercado internacional no valor total de USD 600.000, consistindo de: (i) senior notes no valor de USD 400.000 de emissão da Light SESA; e (ii) senior notes no valor de USD 200.000 de emissão da Light Energia.

As Notes Units têm vencimento em 03 de maio de 2023 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 7,25% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo médio de 142,86% do CDI. Os recursos obtidos com a emissão das Notes Units foram utilizados pelas controladas para: (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo; (ii) estender o vencimento de empréstimos e financiamentos; e (iii) reforço de sua liquidez.

- Em 03 de maio de 2018, a controlada Light SESA quitou as seguintes dívidas: (i) dívida com o Banco do Brasil referente a operação de Cédula de Crédito Bancário no

montante de R\$150.000; (ii) dívida com o Banco Santander referente a operação de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$117.000; e (iii) dívida com a Caixa Econômica Federal referente a operação de Conta Garantida no montante de R\$100.000.

- Em 08 de maio de 2018, a controlada Light SESA quitou a dívida adquirida junto a controlada Light Energia referente ao contrato de mútuo no montante de R\$121.071.
- Em 04 de junho de 2018, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") que é garantido pelos recebíveis da controlada Light SESA. O FIDC foi dividido em duas séries: (i) 1ª série, de R\$1.000.000 com taxa de CDI + 1,20% a.a. e; (ii) 2ª série, de R\$400.000 com taxa de IPCA + 5,75% a.a. A dívida tem prazo de 6 anos, sendo um ano de carência com sessenta parcelas mensais e tem como principal objetivo a rolagem das dívidas vincendas.

Após a Operação foi realizada a Emissão das Cotas Subordinadas do FIDC no montante de R\$35.104. As Cotas Subordinadas não foram objeto de distribuição pública e foram integralizadas exclusivamente pela controlada Light SESA com o objetivo de atender às condições precedentes para integralização de Cotas Seniores do FIDC (atendimento à relação mínima de 102,5% e composição das reservas iniciais do FIDC), e com isto viabilizar a emissão de Cotas Seniores e consequentemente a cessão de direitos creditórios da Light SESA para o FIDC. O regulamento do FIDC especifica que a obrigação de integralização de Cotas Subordinadas pela Cedente restringe-se à (i) integralização para atendimento das condições precedentes para a integralização de Cotas Seniores e (ii) situações de patrimônio líquido do FIDC ou inexistência de recursos para a adoção e manutenção dos procedimentos necessários à cobrança dos direitos creditórios e dos ativos financeiros do FIDC. As Cotas Subordinadas permitem amortizações intermediárias, em casos de excesso de subordinação no FIDC, porém seu resgate somente poderá ser realizado após o resgate integral das Cotas Seniores, agendado para junho de 2024.

- Em 05 de junho de 2018, a controlada Light Energia amortizou a última parcela, no montante de R\$24.467, referente a Operação 4131 com o Banco Itaú.
- Em 11 de junho de 2018, a controlada Light SESA amortizou a última parcela, no montante de R\$12.500, referente a Cédula de Crédito Bancário com a Caixa Econômica Federal.
- Em 18 de junho de 2018, a controlada Light SESA realizou a amortização parcial da 4ª Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$314.000.
- Em 31 de julho de 2018, a controlada Light Energia amortizou a última parcela, no montante de R\$9.900, referente a 2ª Nota Promissória.

- Em 01 de agosto de 2018, a controlada Light SESA amortizou a última parcela, no montante de R\$20.000, referente a Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander.

Além das cauções, os empréstimos estão garantidos por (i) avais da Light S.A.; e (ii) recebíveis das controladas Light SESA e Light Energia, no montante de R\$566.471 (R\$957.223 em 31 de dezembro de 2017), dados em garantia para as operações junto ao BNDES. Ainda, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 30 de setembro de 2018, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$9.441.769 (R\$7.384.765 em 31 de dezembro de 2017).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos em 30 de setembro de 2018:

	Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2019	131.993	-	131.993
2020	451.963	274.684	726.647
2021	411.928	194.606	606.534
2022	396.300	-	396.300
2023	342.911	2.382.619	2.725.530
após 2023	176.485	41.283	217.768
TOTAL	1.911.580	2.893.192	4.804.772

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2017	3.093.656	21.999	3.115.655
Empréstimos e financiamentos obtidos	4.612.566	-	4.612.566
Variação monetária e cambial	519.584	-	519.584
Encargos financeiros provisionados	-	216.474	216.474
Encargos financeiros pagos	-	(142.927)	(142.927)
Amortização de financiamentos	(2.232.238)	-	(2.232.238)
Custo de captação	(87.773)	-	(87.773)
Amortização do custo de captação	13.186	-	13.186
Cotas Subordinadas e Retenção - FIDC	(43.423)	-	(43.423)
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	13.813	13.813
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)	(27.721)	(57)	(27.778)
SALDO EM 30.09.2018	5.847.837	109.302	5.957.139

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2017	3.404.874	33.865	3.438.739
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.359.948	-	1.359.948
Variação monetária e cambial	(7.433)	-	(7.433)
Encargos financeiros provisionados	-	227.191	227.191
Encargos financeiros pagos	-	(241.892)	(241.892)
Amortização de financiamentos	(1.648.950)	-	(1.648.950)
Custo de captação	(1.030)	-	(1.030)
Amortização do custo de captação	4.806	-	4.806
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	7.153	7.153
SALDO EM 30.09.2017	3.112.215	26.317	3.138.532

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. As cédulas de crédito bancário do Bradesco e Banco do Brasil, a 3ª e 4ª

Emissão de Notas Promissórias, bem como os empréstimos com o Citibank, China Construction Bank, BNDES e o FIDC preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*). Em 30 de setembro de 2018, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente. Os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida, e em 30 de setembro de 2018, a Companhia ultrapassou o limite de 3,50 vezes do indicador dívida líquida/EBITDA, sendo obrigada a respeitar os limites de franquia para novas dívidas até reenquadrar o indicador.

19. DEBÊNTURES

Consolidado									
Emissão	Controlada	Circulante			Não Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	30.09.2018	31.12.2017
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.151	7.696	46.847	274.198	-	274.198	321.045	354.498
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	250.000	22.512	272.512	500.000	-	500.000	772.512	1.009.617
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	-	17.563	17.563	600.000	217.285	817.285	834.848	797.832
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	249.975	14.336	264.311	250.050	-	250.050	514.361	758.100
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	-	43.954
Debêntures 12ª Emissão Série 1	Light SESA	99.389	2.137	101.526	-	-	-	101.526	210.352
Debêntures 12ª Emissão Série 2	Light SESA	-	3.241	3.241	147.890	-	147.890	151.131	156.643
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.019	1.019	53.310	-	53.310	54.329	55.716
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	-	30.713	30.713	458.468	-	458.468	489.181	464.558
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	130.769	3.551	134.320	294.231	-	294.231	428.551	-
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	106.250	873	107.123	-	-	-	107.123	219.145
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.499	491	2.990	17.502	-	17.502	20.492	22.628
Debêntures 5ª Emissão	Light Energia	37.500	1.024	38.524	-	-	-	38.524	154.319
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	66.666	803	67.469	16.667	-	16.667	84.136	100.853
Custo de captação		(8.782)	-	(8.782)	(18.966)	-	(18.966)	(27.748)	(29.572)
Custo Fee de covenants		(6.757)	-	(6.757)	(11.788)	-	(11.788)	(18.545)	(23.729)
TOTAL		966.660	105.959	1.072.619	2.581.562	217.285	2.798.847	3.871.466	4.294.914

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas em 30 de setembro de 2018:

Emissão	Controlada	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	7,68%	Jun/2015	Anual	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	7,64%	Mar/2018	Anual	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	10,53%	Mai/2020	Anual	Mai/2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	7,38%	Mai/2018	Anual	Mai/2020
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	10.06.2016	R\$	CDI + 4,05%	N/A	Set/2016	Trimestral	Jun/2018
Debêntures 12ª Emissão Série 1	Light SESA	07.07.2017	R\$	CDI + 4,00%	10,68%	Abr/2018	Trimestral	Jan/2019
Debêntures 12ª Emissão Série 2	Light SESA	07.07.2017	R\$	CDI + 4,20%	10,89%	Jul/2020	Única	Jul/2020
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	07.07.2017	R\$	IPCA + 9,09%	14,03%	Jul/2020	Única	Jul/2020
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	12,31%	Out/2022	Única	Out/2022
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	26.03.2018	R\$	CDI + 3,50%	10,14%	Mar/2019	Bimestral	Mar/2021
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	7,68%	Ago/2016	Anual	Ago/2019
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	7,68%	Jun/2015	Anual	Jun/2026
Debêntures 5ª Emissão	Light Energia	20.04.2017	R\$	CDI + 4,10%	10,78%	Mai/2017	Trimestral	Out/2018
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	30.11.2017	R\$	CDI + 3,50%	10,14%	Ago/2018	Trimestral	Nov/2019

Em 26 de março de 2018, ocorreu a 14ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$425.000 com o Banco do Brasil, sendo que nesta data foi recebido o montante de R\$325.000 e o montante de R\$100.000 foi recebido em maio de 2018. A dívida tem o custo de CDI + 3,5% a.a. e vigência de três anos, sendo um ano de carência com amortizações bimestrais. Os recursos obtidos foram destinados

integralmente para o pagamento de parcelas do principal de determinadas dívidas vincendas ao longo de 2018 com o próprio Banco do Brasil, todas obtidas para o reforço de capital de giro das operações ordinárias da Emissora.

Em 12 de junho de 2018, a controlada Light SESA quitou a dívida com o Banco Bradesco referente a operação da 11ª Emissão de Debêntures no montante de R\$21.875.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos em 30 de setembro de 2018:

	Total
2019	45.797
2020	1.087.437
2021	510.146
2022	655.978
2023	201.628
após 2023	80.576
TOTAL	2.581.562

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2017	4.037.292	257.622	4.294.914
Debêntures emitidas	425.000	-	425.000
Variação monetária	-	24.129	24.129
Encargos financeiros provisionados	-	232.004	232.004
Encargos financeiros pagos	-	(194.325)	(194.325)
Amortização de debêntures	(921.078)	-	(921.078)
Custo de captação	(6.069)	-	(6.069)
Amortização custo de emissão	13.077	-	13.077
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	3.814	3.814
SALDO EM 30.09.2018	3.548.222	323.244	3.871.466

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2017	3.268.533	236.487	3.505.020
Debêntures emitidas	550.000	-	550.000
Variação monetária	-	12.225	12.225
Encargos financeiros provisionados	-	266.388	266.388
Encargos financeiros pagos	-	(227.177)	(227.177)
Amortização de debêntures	(272.863)	-	(272.863)
Custo de emissão	(18.308)	-	(18.308)
Amortização do custo de emissão	20.133	-	20.133
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	20.622	20.622
SALDO EM 30.09.2017	3.547.495	308.545	3.856.040

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*). Em 30 de setembro de 2018, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente. Os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida, e em 30 de setembro de 2018, a Companhia ultrapassou o limite de 3,50 vezes do indicador dívida líquida/EBITDA, sendo obrigada a respeitar os limites de franquia para novas dívidas até reenquadrar o indicador.

20. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	139.010	572	139.582	123.712	561	124.273
Cíveis	177.762	76.958	254.720	167.783	69.236	237.019
Fiscais	53.394	27.114	80.508	53.056	26.578	79.634
Regulatórias	8.822	-	8.822	9.404	-	9.404
TOTAL	378.988	104.644	483.632	353.955	96.375	450.330

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, estão compostas da seguinte forma:

Consolidado					
PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2017	123.712	167.783	53.056	9.404	353.955
Adições	25.410	117.508	84	-	143.002
Atualizações	-	5.059	254	61	5.374
Baixas por pagamentos	(6.056)	(101.067)	-	-	(107.123)
Baixas por reversões	(4.056)	(11.521)	-	(643)	(16.220)
SALDO EM 30.09.2018	139.010	177.762	53.394	8.822	378.988
Depósitos judiciais em 30.09.2018	26.031	6.843	5.615	-	38.489

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 01.01.2017	123.506	145.446	51.036	21.297	341.285
Adições	16.017	83.740	-	2.765	102.522
Atualizações	-	6.611	41	2.937	9.589
Baixas por pagamentos	(5.430)	(67.774)	(71)	(5.777)	(79.052)
Baixas por reversões	(5.172)	(749)	-	-	(5.921)
SALDO EM 30.09.2017	128.921	167.274	51.006	21.222	368.423
Depósitos judiciais em 30.09.2017	28.491	9.108	3.554	-	41.153

Em 30 de setembro de 2018, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$295.594 (R\$274.019 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$38.489 (R\$35.666 em 31 de dezembro de 2017) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Trabalhistas	64.128	64.506
Cíveis	133.850	117.834
Fiscais	97.616	91.679
Total	295.594	274.019

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

Provisões trabalhistas:

	Valor provisionado (perda provável)	
	30.09.2018	31.12.2017
Funcionários próprios	58.597	53.477
Funcionários terceirizados	80.413	70.235
TOTAL	139.010	123.712

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

Provisões cíveis:

	Valor provisionado (perda provável)	
	30.09.2018	31.12.2017
Ações cíveis ^(a)	116.855	125.328
Juizado Especial Cível ^(b)	31.467	14.036
Plano cruzado ^(c)	29.440	28.419
TOTAL	177.762	167.783

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam aproximadamente 90,7% do estoque de processos; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

Provisões fiscais:

	Valor provisionado (perda provável)	
	30.09.2018	31.12.2017
ICMS – Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
Outros	7.162	6.824
TOTAL	53.394	53.056

- ^(a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$596.680. Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Light SESA apresentado apólice de seguro em garantia e, na sequência, oposto Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos da Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a Companhia. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.

Provisões regulatórias:

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração nº 061/2017-SFE/ANEEL – O Auto de Infração foi recebido em 30 de outubro de 2017. A SFE/ANEEL promoveu fiscalização durante o período de 21 de novembro de 2016 a 25 de novembro de 2016 com o objetivo de verificar a prestação de serviço pela controlada Light SESA, satisfazendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, modernidade

das técnicas, dos equipamentos e da instalação e a sua conservação, aplicando penalidade de multa no valor de R\$36.311, por cinco não conformidades identificadas. O recurso foi protocolado na ANEEL em 09 de novembro de 2017. O montante atualmente provisionado pela Light SESA é de R\$4.511 (R\$4.303 em 31 de dezembro de 2017), que é a melhor estimativa da Companhia para perda, e aguarda decisão da ANEEL.

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

Consolidado				
PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2017	561	69.236	26.578	96.375
Adições	92	22.790	1.968	24.850
Atualizações	-	1.520	1.197	2.717
Baixas por pagamentos	(79)	(10.938)	(2.390)	(13.407)
Baixas por reversões	(2)	(5.650)	(239)	(5.891)
SALDO EM 30.09.2018	572	76.958	27.114	104.644

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 01.01.2017	354	51.273	24.962	76.589
Adições	331	19.729	1.776	21.836
Atualizações	-	777	1.025	1.802
Baixas por pagamentos	(12)	(7.555)	(1.100)	(8.667)
Baixas por reversões	(127)	(757)	(847)	(1.731)
SALDO EM 30.09.2017	546	63.467	25.816	89.829

21. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	30.09.2018		31.12.2017	
	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)
Cíveis	927.564	45.641	701.779	31.347
Trabalhistas	298.340	1.027	334.425	1.045
Fiscais	3.143.500	687	2.951.100	589
TOTAL	4.369.404	47.355	3.987.304	32.981

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$258.684 (R\$121.709 em 31 de dezembro de 2017).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$112.624 (R\$87.665 em 31 de dezembro de 2017).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$37.249 (R\$29.642 em 31 de dezembro de 2017).

- Interrupção e suspensão – A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$40.079 (R\$44.037 em 31 de dezembro de 2017).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$11.021 (R\$6.567 em 31 de dezembro de 2017).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos as ações propostas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): no último trimestre de 2011, a CSN ajuizou ação pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$67.059 (R\$59.234 em 31 de dezembro de 2017).
- A controlada Light SESA também litiga em face da Companhia Siderúrgica Nacional numa ação rescisória movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora e que a Companhia saiu vencedora. A exposição do risco para a Companhia é de R\$198.965 (R\$182.576 em 31 de dezembro de 2017).
- A controlada Light SESA possui discussão judicial com a Valesul S.A. Trata-se de ação declaratória, movida pela Valesul, motivada pelo contrato de transporte de energia elétrica firmado em 1991, que visa o pagamento pela utilização do sistema de transporte de energia das PCHs da autora em Minas Gerais até a fábrica no Rio de Janeiro. As decisões de 1º e 2º grau foram favoráveis à

Companhia. O Recurso Especial da Valesul havia sido inadmitido mas a Valesul reverteu a inadmissão em sede de Agravo. Já o Recurso Extraordinário foi julgado deserto e também é objeto de Agravo pela Valesul. Em 2014, em sede de execução provisória, após a Companhia apresentar Carta de Fiança, que foi substituída por Seguro Garantia, levantamos os valores que estavam depositados em juízo que somavam R\$84.350. Atualmente aguardamos o julgamento dos recursos da Valesul e, neste momento, a exposição de risco da Companhia é de R\$159.658 (R\$144.700 em 31 de dezembro de 2017).

- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo *Generation Scaling Factor* – GSF. A ação ordinária, movida pela controlada Light Energia, Lightger e Aliança Geração de Energia S.A, processo n.º38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Light Energia e a Lightger vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores e/ou clientes, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da liminar mencionada acima.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento Mandado de Segurança, processo n.º1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger a Light Energia e a Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator "*Generation Scaling Factor*" – GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a Light Energia quanto a Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a Aneel não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo n.º0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais - Autos de Infração de ICMS, FECF e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais.

i) Processos Administrativos E-04/054.752/2011 (AI 03.326780-8) e E-04/054.751/2011 (AI 04.011949-7): Foi reconhecido pela fiscalização que as perdas foram integralmente incorporadas na tarifa durante o período da autuação, restando somente o percentual de 15,73%. Aguarda-se julgamento dos Recursos de Ofício pelo Conselho de Contribuintes. Houve o reconhecimento pela fiscalização das perdas incorporadas na tarifa. Aguarda-se julgamento dos Recursos acerca dos remanescentes. Em 25/10/2017, a 2ª Câmara do Conselho de Contribuintes da SEFAZ-RJ decidiu pelo desprovimento dos Recursos de Ofícios interpostos (51.725 e 51.490).

ii) Processos Administrativos E-04/055.040/2011 (AI 03.326784-0) e E-04/055.039/2011 (AI 04.028752-6): Foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário da Light S.E.S.A. para reconhecer que as perdas incorporadas na tarifa devem ser excluídas da base de cálculo autuada. Em razão disso, já houve a redução em definitivo dessas autuações. O valor do débito envolvido passou de R\$1.507.960 para R\$290.498. A controlada Light SESA recorreu ao Pleno do remanescente. Encerrada a esfera administrativa.

Ação Anulatória nº 0244617-63.2017.8.19.0001: Em 21 de setembro de 2018, foi concedida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários de ICMS e respectivo FECF, consubstanciados nos autos de infração nº 03.326784-0 e nº 04.028752-6.

iii) Processo Administrativo E-04/036.119/2014 (AI 03.380329-7): Aguarda-se o julgamento do Recurso ao Pleno interposto pela controlada Light SESA.

iv) Processo Administrativo (E-04/036.120/2014 - AI 03.380330-5): Execução Fiscal nº 0030827-59.2018.8.19.0001 - Apresentada a Exceção de Pré-executividade ainda pendente de julgamento.

Mandado de Segurança nº 0020864-27.2018.8.19.0001 (E-04/036.120/2014 - AI 03.380330-5): Liminar deferida a qual, após interposição de agravo e posteriores movimentações, continua em vigor.

v) Processo Administrativo E-04/198.524/1993 (AI 00.601367-6): Houve a retificação do valor, tendo em vista a exclusão pela fiscalização de elementos estranhos às perdas comerciais da base de cálculo do ICMS. Foi interposto recurso em face do valor remanescente que aguarda julgamento, o qual foi julgado favoravelmente para cancelar o Auto de Infração, entendendo que

o valor das perdas comerciais de energia elétrica ocorridas durante o período de 1992 e 1993 não estariam sujeitos ao ICMS. Aguarda-se a formalização do acórdão.

O montante atualmente quantificável destes Autos de Infração é de R\$548.300 (R\$742.300 em 31 de dezembro de 2017).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, 16682.721091/2011-90 e 16682.720203/2014-38) - A Companhia possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Companhia. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, na qual apresentamos apólice de seguro garantia para garantia do juízo e opusemos Embargos à Execução, que aguarda julgamento. Para 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia. Foi impetrado pela Companhia Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF, sendo obtido liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para 2006 a 2008, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Companhia. A Fazenda interpôs Recurso Especial que teve provimento negado. Em abril de 2014, a Companhia foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Proferido acórdão, por maioria, dando provimento parcial ao recurso voluntário para excluir a penalidade e os juros de mora. Aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e montante atualmente quantificável é de R\$671.400 (R\$660.800 em 31 de dezembro de 2017).
- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O processo administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição em Dívida Ativa da União do débito objeto desta cobrança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da Companhia. A União interpôs Recurso

de Apelação que aguarda julgamento. O montante atualmente quantificável, é de R\$406.000 (R\$396.900 em 31 de dezembro de 2017).

- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”
 - i) Ação Anulatória nº 0354511-42.2015.8.19.0001 (AI 03.326783-2): Proferida decisão deferindo a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito. Foi proferida sentença desfavorável nos autos, o que ensejou a interposição de recurso de apelação pela controlada Light SESA (pendente de julgamento).

Execução Fiscal nº 0057266-78.2016.8.19.0001 (AI 03.326783-2): Ajuizada para cobrar o débito objeto da Ação Anulatória 0354511-42.2015.8.19.0001. Apresentada Exceção de Pré executividade requerendo a extinção da Execução Fiscal, tendo em vista que o débito em questão se encontra com a exigibilidade suspensa por força da antecipação de tutela concedida na Ação Anulatória, razão pela qual esta Execução Fiscal não poderia ter sido ajuizada. Foi proferida sentença de extinção da execução fiscal após manifestação da Procuradoria pelo cancelamento do débito.

Execução Fiscal nº 0030842-28.2018.8.19.0001 (AI 03.326783-2): Apresentada Exceção de Pré executividade requerendo a extinção da Execução Fiscal.

- ii) Ação Anulatória nº 0342346-60.2015.8.19.0001 (AI 03.170374-7): Proferida decisão deferindo a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito. Aguarda-se prolação de sentença.

- iii) Ação Anulatória nº 0031148-65.2016.8.19.0001 (AI 03.380332-1 e 03.380331-3): Proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela. Apresentado seguro para garantia do juízo, no valor atualizado de R\$ 28.039.040,83, o qual foi aceito. Sentença desfavorável, decisão contra a qual a Companhia interpôs recurso de apelação ainda pendente de julgamento.

Execução Fiscal nº 0030787-77.2018.8.19.0001 (AI 03.380332-1): Aguarda-se citação da Empresa.

Execução Fiscal nº 0030786-92.2018.8.19.0001 (AI 03.380331-3): Ajuizada para cobrar o débito objeto da Ação 0031148-65.2016.8.19.0001. Aguarda-se citação da Empresa.

- iv) E-04/036.33/2018 (Auto de infração nº 03.536116-1): Decisão desfavorável em 1ª instância administrativa. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário da Empresa.

O montante atualmente quantificável em todos esses processos é de R\$277.900 (R\$196.500 em 31 de dezembro de 2017).

- Despachos Decisórios (83 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em alguns casos já houve trânsito em julgado favorável a Light SESA e em outros casos houve decisões desfavoráveis, contra as quais recorremos. O montante atualmente quantificável é de R\$328.890 (R\$323.300 em 31 de dezembro de 2017).
- TFGE - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear. A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light SESA, então, impetrou Mandado de Segurança preventivo com pedido de liminar para não ter que recolher esta taxa. Deferida liminar. Foi proferida sentença favorável. O montante atualmente quantificável é de R\$38.900 (R\$25.900 em 31 de dezembro de 2017).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$11.872 (R\$14.147 em 31 de dezembro de 2017).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$98.074 (R\$99.746 em 31 de dezembro de 2017).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados, ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável,

referente a esses pedidos é de R\$31.221 (R\$21.932 em 31 de dezembro de 2017).

- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$17.378 (R\$58.691 em 31 de dezembro de 2017).
- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$31.501 (R\$34.595 em 31 de dezembro de 2017).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$11.232 (R\$13.444 em 31 de dezembro de 2017), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

- d) A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:
- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário. O montante atualmente quantificável é de R\$329.100 (R\$325.200 em 31 de dezembro de 2017).

- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$255.500 (R\$251.300 em 31 de dezembro de 2017).
- No primeiro trimestre de 2016, a controlada Light SESA foi notificada sobre uma ação movida por um escritório de advocacia, através do qual o referido escritório pleiteia incidência de honorários de êxito, em razão da celebração de um acordo administrativo firmado entre a controlada Light SESA e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos. A Companhia entende que estes honorários não são devidos e o montante atualmente quantificável é de R\$46.487 (R\$44.016 em 31 de dezembro de 2017).

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhões Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhões Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhões Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhões Energia.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	-	-	-	52.434	52.434
Outros	-	-	-	97	-	97
TOTAL	-	-	-	97	52.434	52.531

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia assumiu uma dívida de R\$31.976 em decorrência do déficit técnico acumulado pelo plano C saldado, oriundo de alteração da tabela de mortalidade mediante teste anual de aderência da tabela, conforme

estabelecido nos contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de março de 2016, foi assinado o primeiro termo aditivo aos contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, em que os termos dos contratos foram atualizados após as edições das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014. Além disso, foi alterado o prazo dos contratos para 2026 e assumido o déficit técnico acumulado de 2015 do plano C Saldado, o que fez com que a Companhia assumisse, em 31 de março de 2016, uma dívida de R\$5.720 (reconhecido líquido de impostos em outros resultados abrangentes no montante de R\$3.775).

Em 08 de junho de 2018, a Administração diante das captações de empréstimos e debêntures realizadas ao longo do exercício de 2018, optou por efetuar, de forma antecipada, o pagamento da dívida atuarial dos montantes decorrentes dos déficits técnicos do plano C saldado, reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de março de 2016 e atualizados por IPCA mais 5,58%.

Abaixo, a movimentação ocorrida no passivo contratual nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

Não circulante	Consolidado
SALDO EM 31.12.2017	52.434
Atualizações no resultado do período	2.065
Amortizações no período	(54.499)
SALDO EM 30.09.2018	-

Não circulante	Consolidado
SALDO EM 01.01.2017	48.308
Atualizações no resultado do período	2.977
SALDO EM 30.09.2017	51.285

23. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	30.09.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Encargos Regulatórios	326.824	-	326.824	349.102	-	349.102
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.563	-	2.563	2.410	-	2.410
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	4.467	-	4.467	3.728	-	3.728
Programa de Eficiência Energética – PEE	158.621	-	158.621	127.457	-	127.457
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	84.646	-	84.646	77.719	-	77.719
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	75.798	-	75.798	115.360	-	115.360
Quota de reserva global de reversão – RGR	729	-	729	1.036	-	1.036
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT)	-	-	-	21.392	-	21.392
Outros	238.540	65.031	303.571	190.466	69.934	260.400
Adiantamento de Clientes	55.862	-	55.862	9.083	-	9.083
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.915	-	2.915	2.724	-	2.724
Taxa de Iluminação Pública	129.256	-	129.256	107.869	-	107.869
Reserva para reversão	-	64.106	64.106	-	69.934	69.934
Outros ^(a)	50.507	925	51.432	70.790	-	70.790
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)	(56)	-	(56)	-	-	-
TOTAL	565.308	65.031	630.339	539.568	69.934	609.502

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2018, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME).

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 2.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

a) Ativos e receitas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						30.09.2018	31.12.2017	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	80	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	80	70	611	579
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A ⁽¹⁾	28	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	28	28	255	267
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	16	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	16	14	124	108
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	4.325	91	dez/2012 a abr/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	91	79	729	703
Outros créditos - Referente a contrato de mútuo celebrado entre a Light S.A e a Lajes Energia - Controladora	10.000	10.723	dez/2017 a jan/2019	CDI + 3,50 a.a.	N/A	10.723	9.025	698	-
Cliente - Contrato de venda de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	11.288	1.115	out/2014 a dez/2019	Preço praticado no mercado regulado	N/A	1.115	1.120	11.273	10.916
Cliente - Indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais entre Lightcom e Renova - Está sob controle comum	71.100	81.032	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	81.032	71.100	9.932	-
Outros créditos - Adiantamento a fornecedores de faturas de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	N/A	87.252	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	87.252	-	-	-

⁽¹⁾ Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

b) Passivos e despesas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						30.09.2018	31.12.2017	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	275.238	4.587	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	4.587	5.684	(50.186)	(63.039)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	2.761	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	2.761	3.261	(18.847)	(8.409)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	217.213	1.482	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	1.482	1.936	(15.133)	(14.251)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A ⁽²⁾	-	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	-	2.502	(13.494)	(14.815)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A, Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	42.726	-	dez/2013 a jun/2026	IPCA + 5,58% a.a.	N/A	-	52.531	(2.065)	(2.977)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	807.216	-	jul/2015 a ago/2036	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	15.870	(155.029)	(135.765)

⁽¹⁾ Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

⁽²⁾ O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entre as partes.

i. Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017:

	Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Honorários e benefícios de curto prazo	1.645	1.661	9.069	8.141
Bônus	630	1.309	6.532	12.595
Encargos sociais	502	392	3.572	2.251
Benefícios pós-emprego	42	31	431	321
Benefícios assistenciais	56	53	710	879
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	438	54	4.379	544
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO	3.313	3.500	24.693	24.731

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 (duzentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$2.225.822, conforme a seguir:

ACIONISTAS	30.09.2018		31.12.2017	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
GRUPO CONTROLADOR	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	19.140.808	9,39	19.140.808	9,39
Público	78.488.655	38,49	78.488.655	38,49
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 (duzentos e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2018	2017	2018	2017
NUMERADOR				
Lucro líquido do período	6.131	59.469	73.431	32.998
DENOMINADOR				
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060	203.934.060	203.934.060
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,03	0,29	0,36	0,16

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

26. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2018	2017	2018	2017
Fornecimento/Suprimento (nota 27)	4.042.563	3.522.280	12.436.223	11.554.274
Arrendamentos, aluguéis e outras	20.495	17.373	59.518	56.330
Receita de Uso da Rede	408.278	273.250	1.107.445	755.485
Receita de construção	183.444	165.897	466.937	432.317
Renda de prestação de serviço	10.494	24.191	42.950	62.086
Subvenção CDE	53.916	38.165	195.014	116.659
Serviço taxado	1.445	1.826	4.047	4.753
Valor justo do ativo indenizável da concessão (Nota 11)	45.940	18.168	134.028	54.157
Receita não faturada - Aportes da Conta ACR e CCRBT (Nota 10)	(22.730)	(66.686)	(48.010)	(156.660)
Ativos e passivos financeiros do setor - Receita não faturada (Nota 10)	366.566	452.838	655.331	360.960
RECEITA BRUTA	5.110.411	4.447.302	15.053.483	13.240.361
ICMS	(1.012.018)	(860.019)	(3.265.040)	(2.876.659)
PIS / COFINS	(430.532)	(386.792)	(1.305.195)	(1.171.110)
Outros	(1.535)	(1.808)	(5.179)	(5.795)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.444.085)	(1.248.619)	(4.575.414)	(4.053.564)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(441.677)	(365.068)	(1.241.447)	(1.087.035)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.973)	(3.795)	(8.919)	(7.118)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(3.089)	(2.671)	(8.945)	(7.522)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(6.177)	(5.345)	(17.886)	(15.044)
Eficiência Energética - PEE	(11.978)	(11.050)	(36.769)	(31.688)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.177)	(5.345)	(17.886)	(15.044)
Obrigações Especiais	-	-	(19.086)	(75.685)
Outros encargos - Proinfa	(10.551)	(4.939)	(23.623)	(20.382)
Outros encargos	(7.258)	(7.156)	(22.725)	(22.278)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(489.880)	(405.369)	(1.397.286)	(1.281.796)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.933.965)	(1.653.988)	(5.972.700)	(5.335.360)
RECEITA LÍQUIDA	3.176.446	2.793.314	9.080.783	7.905.001

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia passou a contabilizar as penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC como redutoras da receita de uso da rede e não mais como despesa operacional, conforme IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contrato com Cliente (nota explicativa 03).

A receita bruta é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de uso da rede, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia.

A receita da controlada Light SESA é composta por mais de 4,5 milhões de consumidores, sendo que é bastante pulverizada e não possui concentração em poucos consumidores. As tarifas são determinadas pela Aneel e é aplicada para cada classe de consumidor. A

receita possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. O faturamento aumenta nos períodos que apresentam maiores temperaturas.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia registrou obrigações especiais referentes a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores no montante de R\$11.749, e obrigações especiais referentes ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão da Light SESA no montante de R\$63.936. Esses montantes embora sejam faturados aos consumidores, não impactam a receita líquida da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$19.086 referente ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão da controlada Light SESA.

27. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	3º Trimestre					
	N.º de Contas faturadas ^{(a)(b)}		GWh ^(a)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Residencial	4.084.551	4.051.647	1.815	1.857	1.201.738	1.085.559
Industrial	10.110	7.838	168	166	109.434	113.062
Comércio, serviços e outras	325.507	344.347	1.248	1.339	858.809	739.904
Rural	12.341	12.205	15	16	2.924	1.748
Poder público	12.401	12.032	308	291	199.075	165.779
Iluminação pública	810	670	186	138	75.071	55.528
Serviço público	1.729	1.655	293	294	134.878	112.231
Consumo próprio	455	460	29	29	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.447.904	4.430.854	4.062	4.130	2.581.929	2.273.811
ICMS	-	-	-	-	886.891	780.168
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(13.346)	34.378
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.447.904	4.430.854	4.062	4.130	3.455.474	3.088.357
Comercialização de energia/outros	-	-	1.202	1.214	404.692	381.531
Energia de curto prazo	-	-	1	57	182.397	52.392
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	1.203	1.271	587.089	433.923
TOTAL GERAL	4.447.904	4.430.854	5.265	5.401	4.042.563	3.522.280

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em setembro, com e sem consumo

^(c) Light SESA

	Consolidado					
	Acumulado 9 meses					
	N.º de Contas faturadas ^{(a) (b)}		GWh ^(a)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Residencial	4.084.551	4.051.647	6.528	6.887	4.087.237	3.850.770
Industrial	10.110	7.838	525	585	388.513	374.049
Comércio, serviços e outras	325.507	344.347	4.187	4.770	2.553.429	2.492.250
Rural	12.341	12.205	49	49	8.940	5.157
Poder público	12.401	12.032	1.027	976	598.986	538.201
Iluminação pública	810	670	569	507	210.801	167.311
Serviço público	1.729	1.655	888	894	366.700	326.846
Consumo próprio	455	460	86	88	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.447.904	4.430.854	13.859	14.756	8.214.606	7.754.584
ICMS	-	-	-	-	2.901.297	2.651.202
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(47.388)	(34.888)
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.447.904	4.430.854	13.859	14.756	11.068.515	10.370.898
Comercialização de energia/outros	-	-	3.544	3.385	1.079.368	1.092.015
Energia de curto prazo	-	-	783	1.154	288.340	91.361
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	4.327	4.539	1.367.708	1.183.376
TOTAL GERAL	4.447.904	4.430.854	18.186	19.295	12.436.223	11.554.274

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em setembro, com e sem consumo

^(c) Light SESA

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Custos com energia		Custos de operação		Custos com energia		Custos de operação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal e administradores	-	-	(65.841)	(46.288)	-	-	(185.899)	(177.320)
Materiais	-	-	(3.076)	(16.981)	-	-	(35.203)	(52.396)
Serviços de terceiros	-	-	(96.401)	(82.457)	-	-	(266.709)	(252.440)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 29)	(2.250.550)	(1.805.762)	-	-	(6.089.340)	(4.980.231)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(131.705)	(124.408)	-	-	(392.302)	(367.019)
Custo de construção	-	-	(183.444)	(165.897)	-	-	(466.937)	(432.317)
Outras receitas e despesas/ custos	-	-	24.023	(14.190)	-	-	81.034	19.092
TOTAL	(2.250.550)	(1.805.762)	(456.444)	(450.221)	(6.089.340)	(4.980.231)	(1.266.016)	(1.262.400)

DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado			
	Despesas gerais e administrativas			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e administradores	(39.901)	(34.498)	(115.613)	(120.034)
Materiais	135	(188)	(458)	(599)
Serviços de Terceiros	(48.739)	(39.518)	(136.196)	(117.474)
Depreciação e amortização	(7.152)	(6.699)	(14.181)	(21.188)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(89.285)	(22.331)	(366.310)	(386.158)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais/ êxito/ depósitos judiciais/ PDV	(65.767)	(52.069)	(173.504)	(137.267)
Multa por violação de indicadores de continuidade	-	(4.231)	-	(30.794)
Outras	(22.191)	(5.507)	(71.911)	(31.341)
TOTAL	(272.900)	(165.041)	(878.173)	(844.855)

29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado				Consolidado			
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	GWh ^(a)		R\$		GWh ^(a)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Encargos de conexão	-	-	(13.474)	(4.804)	-	-	(33.826)	(14.051)
Encargos uso da Rede Distribuição - CUSD	-	-	(608)	(612)	-	-	(2.152)	(1.984)
Energia de Curto Prazo (Spot)	(935)	-	(371.034)	(312.026)	(1.115)	986	(690.355)	(616.884)
Encargos Uso da Rede	-	-	(201.411)	(225.889)	-	-	(671.171)	(404.119)
UTE Norte Fluminense	1.601	1.601	(365.367)	(362.406)	4.751	4.751	(1.084.476)	(1.075.524)
Itaipu - Binacional	1.176	1.286	(303.374)	(258.699)	3.483	3.803	(816.129)	(762.415)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(29.565)	(28.682)	-	-	(82.909)	(41.869)
O.N.S.	-	-	(6.033)	(6.677)	-	-	(21.990)	(17.797)
PROINFA	126	130	(37.776)	(40.373)	360	364	(121.358)	(115.552)
ESS e EER	-	-	53.720	43.783	-	-	(40.924)	59.926
Outros contratos e Leilão de Energia	4.149	3.935	(1.176.766)	(791.078)	13.203	12.882	(3.096.960)	(2.482.656)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	201.138	181.701	-	-	572.910	492.694
TOTAL	6.117	6.952	(2.250.550)	(1.805.762)	20.682	22.786	(6.089.340)	(4.980.231)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2018	2017	2018	2017
RECEITA				
Juros s/ contas de energia e parcelamento de débitos	48.068	13.693	94.080	40.526
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	22.088	8.712	40.536	23.941
Operações de swap	160.364	-	355.250	-
Atualização de depósitos judiciais	3.427	3.882	8.689	11.223
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 10)	11.285	(2.765)	58.712	3.873
Outras receitas financeiras	11.303	4.703	19.861	11.445
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	256.535	28.225	577.128	91.008
DESPESA				
Atualização de provisão para contingências	(2.334)	(3.007)	(8.091)	(11.391)
Despesas com passivos tributários	(6.110)	(8.393)	(17.642)	(29.387)
Encargos de dívida	(191.076)	(151.302)	(476.806)	(483.054)
Variação cambial e monetária	(149.991)	25.849	(543.713)	(4.792)
Operações de swap	-	(96.986)	-	(179.560)
Variação cambial sobre faturas de energia	(7.095)	6.864	(32.600)	(2.651)
Outras despesas financeiras	(41.721)	(44.893)	(90.999)	(74.518)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(398.327)	(271.868)	(1.169.851)	(785.353)
RESULTADO FINANCEIRO	(141.792)	(243.643)	(592.723)	(694.345)

Em 01 de abril de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.426/15, que revogou o Decreto nº 5.442/05 e majorou a alíquota do PIS/COFINS sobre as receitas financeiras para 4,65% a partir de 01 de julho de 2015. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 8.451, de 19 de maio de 2015, o qual, entre outras medidas, manteve em zero a alíquota especificamente para as receitas registradas em razão da variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e operações hedge. A Companhia está recolhendo o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras, exceto sobre as receitas de operações de *swap*

e as receitas das atualizações oriundas do Contrato de Concessão que são excluídas pela Lei 12.973/2014.

31. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	6.131	59.469	23.249	103.641	73.431	32.998	154.101	57.352
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(2.085)	(20.219)	(7.905)	(35.238)	(24.967)	(11.219)	(52.394)	(19.500)
Equivalência patrimonial	6.212	21.296	(8.970)	(14.920)	32.656	14.268	(22.121)	(3.675)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(1.042)	(1.077)	(1.042)	(1.077)	(3.010)	(2.844)	(3.010)	(2.844)
Incentivos fiscais ^(a)	-	-	(105)	874	-	-	631	1.085
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(3.085)	-	904	6.189	(4.679)	(205)	(3.776)	580
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	(17.118)	(44.172)	-	-	(80.670)	(24.354)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	9.877	(6.790)	-	-	(41.229)	(94.755)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(26.995)	(37.382)	-	-	(39.441)	70.401

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), que possibilita a aplicação de até 4% do Imposto de Renda devido em ações culturais.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Níveis	Controladora			
		30.09.2018		31.12.2017	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Equivalentes de caixa (nota 5)	2	1.186	1.186	6.717	6.717
Títulos e valores mobiliários	1	3	3	6	6
Serviços prestados a receber	2	306	306	134	134
Outros créditos	2	11.423	11.423	9.639	9.639
Ativos classificados como mantidos para venda (Nota 4)	2	61.620	61.620	-	-
TOTAL		74.538	74.538	16.496	16.496
PASSIVO					
Fornecedores	2	369	369	1.177	1.177
Outros débitos	2	892	892	731	731
TOTAL		1.261	1.261	1.908	1.908

ATIVO	Níveis	Consolidado			
		30.09.2018		31.12.2017	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Equivalentes de caixa (nota 5)	2	320.511	320.511	211.977	211.977
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1/2	1.038.096	1.038.096	72.348	72.348
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (nota 7)	2	3.843.805	3.843.805	3.706.820	3.706.820
Serviços prestados a receber	2	93.920	93.920	83.071	83.071
Rendas a receber swap	2	434.184	434.184	16.878	16.878
Ativos financeiros do setor (nota 10)	3	733.766	733.766	200.341	200.341
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	3	4.090.912	4.090.912	3.764.195	3.764.195
Outros créditos (nota 12)	2	340.190	340.190	211.802	211.802
Ativos classificados como mantidos para venda (Nota 4)	2	108.517	108.517	-	-
TOTAL		11.003.901	11.003.901	8.267.432	8.267.432
PASSIVO					
Fornecedores (nota 16)	2	2.224.161	2.224.161	2.022.507	2.022.507
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	2	5.957.139	5.875.556	3.115.655	3.093.172
Debêntures (nota 19)	2	3.871.466	3.548.222	4.294.914	4.037.291
Passivos financeiros do setor (nota 10)	3	-	-	98.859	98.859
Rendas a pagar swap	2	122.351	122.351	101.705	101.705
Outros débitos (nota 23)	2	630.339	630.339	609.502	609.502
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 4)	2	39.144	39.144	-	-
TOTAL		12.844.600	12.439.773	10.243.142	9.963.036

Os saldos entre partes relacionadas não eliminados estão contidos nas rubricas de Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes, Fornecedores, Outros créditos e Outros débitos.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 11.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, está identificada nessa nota explicativa.

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “custo amortizado”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e outros títulos de liquidez imediata, são classificadas como “custo amortizado”. As aplicações financeiras em fundo de investimentos, são classificadas e mensuradas a “valor justo por meio do resultado”.

- Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

São classificados e mensurados como “custo amortizado”, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Serviços prestados a receber

São classificados e mensurados como “custo amortizado”, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas quando aplicável.

- Ativos e passivos financeiros do setor

São classificados e mensurados como “custo amortizado”, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos dos correspondentes encargos, atualizações monetárias e sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados e mensurados como “valor justo por meio do resultado”. Após o reconhecimento inicial, as variações para registro ao valor justo são reconhecidas na receita operacional líquida.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. Estes saldos estão classificados e mensurados como “custo amortizado” e não divergem significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São classificados e mensurados ao “custo amortizado”. O valor justo, para fins de divulgação, foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Outros créditos e outros débitos

Outros créditos e outros débitos, classificados e mensurados como “custo amortizado”, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- *Swaps*

São mensurados pelo valor justo, ou seja, representam o valor presente da curva futura dos indicadores mais spreads até o vencimento de cada contrato.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro mais abaixo que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

b) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle

consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

c) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	30.09.2018		31.12.2017	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.295.951	35,1	970.851	13,6
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.295.951	35,1	970.851	13,6
CDI	3.964.066	42,1	3.978.403	55,8
IPCA	1.518.453	16,2	1.112.676	15,6
TJLP	428.109	4,6	632.158	8,9
Outros	189.480	2,0	436.860	6,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.100.108	64,9	6.160.097	86,4
TOTAL	9.396.059	100,0	7.130.948	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 30 de setembro de 2018, é de 0,49% do total da dívida em moeda estrangeira (0,68% em 31 de dezembro de 2017).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Citibank e China Construction Bank, e referente aos Bonds emitidos no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal R\$ 30.09.2018	Valor Nominal US\$ 30.09.2018	Swap (accrual) R\$ 30.09.2018	Swap valor justo (contábil) R\$ 30.09.2018	Valor Justo x Accrual 30.09.2018
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor3M + 1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	133.462	33.333	(25.296)	(24.327)	969
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor3M + 1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	133.462	33.333	(25.296)	(24.327)	969
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor3M + 1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	133.462	33.333	(25.296)	(24.327)	969
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor3M + 1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	400.390	100.000	(79.991)	(74.454)	5.537
BMG	Light SESA	US\$	US\$	64,05% CDI	26.12.2017	15.10.2019	22.933	5.728	(2.634)	(2.630)	4
BMG / CCB	Light SESA	US\$	US\$ + Libor6M + 1,40%	CDI + 4,50%	30.09.2016	16.09.2019	61.660	15.400	(3.887)	(4.354)	(467)
Fibra / CCB	Light SESA	US\$	US\$ + Libor6M + 1,40%	CDI + 4,50%	06.10.2016	16.09.2019	92.090	23.000	(5.846)	(6.597)	(751)
Citi (Bond)	Light SESA	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	400.390	100.000	(51.164)	(42.404)	8.760
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	400.390	100.000	(51.164)	(42.404)	8.760
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	800.780	200.000	(102.442)	(86.672)	15.770
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$ + 1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	102.452	25.588	(1.893)	10.888	12.781
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor3M + 1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	26.690	6.666	(5.475)	(5.484)	(9)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor3M + 1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	26.690	6.666	(5.475)	(5.484)	(9)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor3M + 1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	26.690	6.666	(5.475)	(5.650)	(175)
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	600.585	150.000	(76.746)	(63.605)	13.141
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	200.195	50.000	(25.598)	(21.465)	4.133
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$ + 1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	51.226	12.794	(947)	5.444	6.391
TOTAL							3.613.547	902.507	(494.625)	(417.852)	76.773

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal R\$ 31.12.2017	Valor Nominal US\$ 31.12.2017	Swap (accrual) R\$ 31.12.2017	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2017	Valor Justo x Accrual 31.12.2017
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	05.11.2018	110.266	33.333	(3.033)	(1.980)	1.053
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	03.05.2019	110.266	33.333	(3.033)	(1.980)	1.053
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	04.11.2019	110.266	33.333	(3.033)	(1.980)	1.053
Citibank	Light SESA	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 1,15%	03.02.2017	03.05.2018	330.800	100.000	(9.100)	(5.942)	3.158
BMG / China	Light SESA	US\$	US\$+Libor+3,50%	4,50% + CDI	30.09.2016	16.09.2019	50.943	15.400	446	298	(148)
BMG	Light SESA	US\$	US\$ + 0%	64,05% CDI	26.12.2017	15.10.2019	19.071	5.728	138	(739)	(877)
Fibra / CCB	Light SESA	US\$	US\$+Libor+3,50%	4,50% + CDI	06.10.2016	16.09.2019	76.084	23.000	433	(90)	(523)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor + 2,06%	CDI + 3,50%	03.02.2017	01.11.2019	77.187	23.333	(1.240)	(1.389)	(149)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	01.11.2019	77.187	23.333	(1.240)	(1.389)	(149)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor + 1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	01.11.2019	77.187	23.333	(1.240)	(1.389)	(149)
Itaú	Light Energia	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 5,03%	09.12.2016	05.06.2018	129.763	39.227	992	962	(30)
TOTAL							1.169.020	353.353	(19.910)	(15.618)	4.292

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 30 de setembro de 2018, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da

taxa de câmbio em 30 de setembro de 2019. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 30 de setembro de 2018. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: B3 (antiga BM&FBOVESPA, em 28 de setembro de 2018), BNDES (em 28 de setembro de 2018), Relatório FOCUS (de 11 de outubro de 2018).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Provável Cenário (I)	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				148.477	(669.043)	(1.486.563)
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	41.843	6.960	(31.364)	(69.688)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(34.309)	(5.707)	25.717	57.141
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	28.731	4.779	(21.536)	(47.851)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(23.988)	(3.990)	17.981	39.952
4131 Citibank 2018	Light SESA	US\$	199.939	33.259	(149.867)	(332.994)
4131 China Construction Bank	Light SESA	US\$	13.411	2.231	(10.053)	(22.336)
Bonds	Light SESA	US\$	430.625	71.633	(322.782)	(717.198)
4131 Citibank 2018	Light Energia	US\$	21.051	3.502	(15.779)	(35.060)
Bonds	Light Energia	US\$	215.271	35.810	(161.360)	(358.529)
DERIVATIVOS				(146.420)	659.776	1.465.973
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(643.890)	(107.109)	482.638	1.072.385
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(236.321)	(39.311)	177.138	393.588
TOTAL DE GANHO (PERDA)				2.057	(9.267)	(20.590)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 30.09.2019)				3,83	4,79	5,75

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção para toda a dívida em moeda estrangeira, com exceção apenas aos contratos relativos ao Tesouro Nacional (TN), ou seja, Par Bond, Discount Bond e Caução. Vale ressaltar que apesar do saldo do principal da dívida junto ao Tesouro Nacional não ter proteção contra variação do câmbio, os pagamentos dos juros destes contratos possuem proteção de variação de câmbio para 24 meses.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de

contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de *swap* de juros vigentes em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Ncional R\$ 30.09.2018	Swap (accrual) R\$ 30.09.2018	Swap valor justo (contábil) R\$ 30.09.2018	Valor Justo x Accrual 30.09.2018
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	600.000	39.290	84.815	45.525
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	150.000	13.988	21.204	7.216
TOTAL						750.000	53.278	106.019	52.741

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Ncional R\$ 31.12.2017	Swap (accrual) R\$ 31.12.2017	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2017	Valor Justo x Accrual 31.12.2017
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	835.354	37.931	78.315	40.384
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	208.838	9.483	22.130	12.647
TOTAL						1.044.192	47.414	100.445	53.031

As operações de *swap* com o BMG e com o banco Brasil Plural estão associadas com a 9ª emissão de debêntures da controlada Light SESA junto ao Banco do Brasil. O objetivo da operação foi: (i) hedge com a receita, pois parte dos reajustes das tarifas são corrigidas pelo IPCA; (ii) reforço de capital de giro, pois no período de carência das debêntures a Companhia recebia os recursos para a amortização dos juros atrelados ao CDI; e (iii) redução da concentração de dívida atrelada ao CDI.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 30 de setembro de 2019. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2018. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: B3 (antiga BM&FBOVESPA, em 28 de setembro de 2018), BNDES (em 28 de setembro de 2018), Relatório FOCUS (de 11 de outubro de 2018).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) +/- 25%	Cenário (III) +/- 50%
ATIVOS FINANCEIROS			21.789	(5.176)	(31.720)
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários ^(a)		CDI	21.789	(5.176)	(31.720)
PASSIVOS FINANCEIROS			(53.515)	(173.952)	(294.396)
TN - Discount Bond	Light SESA	Libor6M	(23)	(726)	(1.429)
4131 China Construction Bank	Light SESA	Libor6M	(18)	(348)	(678)
4131 Citibank 2018	Light SESA	Libor3M	(287)	(4.792)	(9.297)
CCB Bradesco 2016	Light SESA	CDI	(1.061)	(2.633)	(4.205)
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	CDI	(284)	(704)	(1.125)
CCB - IBM 2017	Light SESA	CDI	(738)	(1.830)	(2.923)
Leasing IBM	Light SESA	CDI	(26)	(66)	(105)
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	CDI	(4.385)	(10.882)	(17.379)
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	CDI	(10.585)	(26.267)	(41.949)
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	CDI	(7.985)	(19.816)	(31.646)
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	Light SESA	CDI	(1.425)	(3.537)	(5.649)
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	Light SESA	CDI	(2.126)	(5.276)	(8.425)
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	CDI	(5.988)	(14.859)	(23.730)
4ª Nota Promissória	Light SESA	CDI	(1.298)	(3.221)	(5.144)
FIDC 2018 Série A	Light SESA	CDI	(13.698)	(33.992)	(54.285)
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	IPCA	2.874	(6.395)	(15.664)
Debêntures 12ª Emissão - 3ª Série	Light SESA	IPCA	193	(429)	(1.052)
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	IPCA	1.711	(3.807)	(9.326)
FIDC 2018 Série B	Light SESA	IPCA	1.403	(3.122)	(7.646)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	TJLP	(1)	(11)	(22)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	TJLP	(29)	(334)	(638)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	TJLP	(35)	(401)	(768)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	TJLP	(35)	(401)	(768)
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	TJLP	(133)	(1.525)	(2.918)
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	TJLP	(3)	(31)	(60)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB A	Light SESA	TJLP	(241)	(2.777)	(5.312)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB C	Light SESA	TJLP	(102)	(1.174)	(2.246)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	TJLP	(15)	(171)	(328)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	TJLP	(15)	(171)	(328)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	TJLP	(13)	(144)	(276)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	TJLP	(13)	(145)	(278)
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	SELIC	(711)	(1.764)	(2.818)
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	SELIC	(15)	(36)	(58)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB B	Light SESA	SELIC	(2.368)	(5.877)	(9.386)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	SELIC	(100)	(248)	(396)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	SELIC	(85)	(210)	(335)
BNDES - Proj Lajes - SUB A	Light Energia	TJLP	(22)	(253)	(484)
BNDES - Proj Lajes - SUB B	Light Energia	TJLP	(23)	(267)	(511)
3ª Nota Promissória	Light Energia	CDI	(799)	(1.983)	(3.167)
4ª Nota Promissória	Light Energia	CDI	(1.467)	(3.641)	(5.815)
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	CDI	(1.463)	(3.631)	(5.799)
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	CDI	(280)	(695)	(1.109)
Debêntures 5ª Emissão	Light Energia	CDI	(541)	(1.343)	(2.146)
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	CDI	(1.176)	(2.917)	(4.659)
4131 Citibank 2017	Light Energia	Libor 3M	(33)	(508)	(982)
BNDES - Proesco	Light Esco	TJLP	(51)	(592)	(1.132)
DERIVATIVOS			(38.225)	(103.443)	(168.662)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		CDI	(51.938)	(128.884)	(205.830)
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		Libor3M	-	4.980	9.960
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		Libor6M	-	330	660
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		CDI	10.760	26.702	42.643
Swap de taxas (ponta passiva) ^(a)		IPCA	2.953	(6.571)	(16.095)
TOTAL DE PERDA			(69.951)	(282.571)	(494.778)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (% em 30.09.2019)			8,00%	6,00%	4,00%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% em 30.09.2019)			8,00%	10,00%	12,00%
TJLP (% em 30.09.2019)			6,72%	8,40%	10,08%
IPCA (% em 30.09.2019)			4,20%	5,25%	6,30%
Selic (% em 30.09.2019)			8,00%	10,00%	12,00%
Libor3M (% em 30.09.2019)			2,32%	2,89%	3,47%
Libor6M (% em 30.09.2019)			2,54%	3,17%	3,80%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 18 e 19.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	A+	BB-	29.03.2018
S&P	AA+	-	11.07.2018
Moody's	A3.br	Ba3	04.09.2018

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

Dentro do processo normal de compra de energia e contratos de uso do sistema de transmissão, foram dados como garantia, principalmente em leilões de energia, no ambiente de comercialização regulado (ACR), conforme previstos nos contratos, recebíveis futuros da controlada Light SESA, no montante de R\$404.927, em 30 de setembro de 2018 (R\$366.706 em 30 de setembro de 2017).

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-Fixadas					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(453.709)	(2.648.874)	(8.513.995)	(95.043)	(11.711.621)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(22.338)	(70.271)	(241.985)	-	(334.594)
Fornecedores	(2.224.161)	-	-	-	(2.224.161)
Swap	(6.679)	(20.038)	(285.115)	-	(311.832)
Total	(2.706.887)	(2.739.183)	(9.041.095)	(95.043)	(14.582.208)

- Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia consiste de contratos de Itaipu, PROINFA, cotas de garantia física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de cinco e três anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado e (vi) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A crise econômica, a temperatura, a migração de clientes especiais para o mercado livre e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado e, considerando que o nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 106,2%. Embora este nível de contratação ainda possa ser ajustado e ficar abaixo de 105% do nível de contratação caso determinados fatores sejam considerados involuntários pelo órgão regulador, a Companhia não reconheceu como ativo financeiro do setor, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$29.500 referente a este possível repasse à tarifa, uma vez que este assunto ainda está sendo discutido com a Aneel. O valor atualizado, em 30 de setembro de 2018, é de R\$33.978.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. Efeito semelhante ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que ocasionalmente acaba gerando a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Light SESA terminou o ano ligeiramente sobrecontratada, atingindo o percentual de 106,3% de nível de sobrecontratação. Conforme regulamentação vigente, o montante de energia superior ao limite de 105% foi liquidado no mercado de Curto Prazo (mercado SPOT). Como o preço SPOT em 2017 ficou acima do preço médio dos contratos da Light SESA, não ocorreu perda de repasse às tarifas decorrente da sobrecontratação.

d) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento.

	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures (notas 18 e 19)	9.828.605	7.410.569
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	356.642	269.928
Dívida líquida (A)	9.471.963	7.140.641
Patrimônio líquido (B)	3.336.514	3.432.473
Percentual de capital de terceiros - % $(A \div (B+A))$	74%	68%

33. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2018, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2018	10.08.2019	40.350	120
Responsabilidade Civil e Geral	31.10.2018	31.10.2019	20.000	967
Riscos Operacionais ^(a)	31.10.2018	31.10.2019	7.627.022	3.900

^(a) Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

^(a) Valor Total em Risco de R\$7.627.022

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber, bem como opera apenas no Brasil.

As informações por segmento para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 e posições patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 30.09.2018
Ativos :							
Ativo circulante	3.946.209	1.310.634	108.517	288.263	184.551	(338.268)	5.499.906
Outros ativos não circulantes	6.314.696	87.720	-	83.734	716	-	6.486.866
Investimento	18.986	126.640	-	-	3.226.971	(2.834.892)	537.705
Imobilizado	220.936	1.273.091	-	373	41.170	-	1.535.570
Intangível	3.495.078	3.715	-	654	1.600	-	3.501.047
TOTAL DOS ATIVOS	13.995.905	2.801.800	108.517	373.024	3.455.008	(3.173.160)	17.561.094
Passivos e Patrimônio Líquido:							
Passivo circulante	3.860.082	1.480.868	39.144	314.175	9.715	(276.648)	5.427.336
Passivo não circulante	7.722.447	1.073.374	-	-	1.423	-	8.797.244
Patrimônio líquido	2.413.376	247.558	69.373	58.849	3.443.870	(2.896.512)	3.336.514
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.995.905	2.801.800	108.517	373.024	3.455.008	(3.173.160)	17.561.094

	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2017
Ativos :							
Ativo circulante	3.551.959	465.913	46.315	268.660	42.781	(237.656)	4.137.972
Outros ativos não circulantes	4.986.194	6.623	88.061	2.692	537	-	5.084.107
Investimento	23.312	161.147	-	-	3.430.563	(3.079.018)	536.004
Imobilizado	223.865	1.284.204	71.102	356	33.872	-	1.613.399
Intangível	3.566.716	4.597	1.530	609	115	-	3.573.567
TOTAL DOS ATIVOS	12.352.046	1.922.484	207.008	272.317	3.507.868	(3.316.674)	14.945.049
Passivos e Patrimônio Líquido:							
Passivo circulante	4.245.450	1.241.987	24.998	180.991	37.359	(237.656)	5.493.129
Passivo não circulante	5.549.616	440.155	29.676	-	-	-	6.019.447
Patrimônio líquido	2.556.980	240.342	152.334	91.326	3.470.509	(3.079.018)	3.432.473
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.352.046	1.922.484	207.008	272.317	3.507.868	(3.316.674)	14.945.049

Resultados por segmento:

Acumulado 9 meses	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2018
RECEITA LÍQUIDA	7.877.889	830.575	27.077	981.177	673	(636.608)	9.080.783
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(7.359.173)	(568.315)	(43.511)	(911.427)	(23.079)	636.608	(8.268.897)
Equivalência Patrimonial	-	(87.513)	-	-	120.842	(98.391)	(65.062)
RESULTADO FINANCEIRO	(475.901)	(129.541)	4.128	10.964	(2.373)	-	(592.723)
Receita Financeira	448.085	113.876	6.089	12.412	802	(4.136)	577.128
Despesa Financeira	(923.986)	(243.417)	(1.961)	(1.448)	(3.175)	4.136	(1.169.851)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	42.815	45.206	(12.306)	80.714	96.063	(98.391)	154.101
Contribuição Social	(4.522)	(10.262)	429	(7.281)	-	-	(21.636)
Imposto de Renda	(12.557)	(27.680)	1.208	(19.985)	(20)	-	(59.034)
RESULTADO LÍQUIDO	25.736	7.264	(10.669)	53.448	96.043	(98.391)	73.431

Acumulado 9 meses	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2017
RECEITA LÍQUIDA	6.913.655	602.967	39.471	926.713	737	(578.542)	7.905.001
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(6.481.202)	(373.541)	(15.333)	(839.987)	(10.975)	578.542	(7.142.496)
Equivalência Patrimonial	-	(7.694)	-	-	38.850	(41.964)	(10.808)
RESULTADO FINANCEIRO	(594.796)	(102.945)	2.624	2.214	45	(1.487)	(694.345)
Receita Financeira	75.020	20.528	5.984	3.089	244	(13.857)	91.008
Despesa Financeira	(669.816)	(123.473)	(3.360)	(875)	(199)	12.370	(785.353)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(162.343)	118.787	26.762	88.940	28.657	(43.451)	57.352
Contribuição Social	13.658	(11.581)	(1.008)	(8.041)	(9)	-	(6.981)
Imposto de Renda	37.935	(31.186)	(2.776)	(21.335)	(11)	-	(17.373)
RESULTADO LÍQUIDO	(110.750)	76.020	22.978	59.564	28.637	(43.451)	32.998

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	Acumulado 9 meses	
	2018	2017
Encargos financeiros capitalizados (imobilizado e intangível)	-	27.775
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	32.301	47.507
Receita de construção (DVA)	497.844	458.672

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Alienação da totalidade das ações da controlada Light Esco

Em 04 de outubro de 2018, a Companhia concluiu a operação de alienação da totalidade das ações detidas no capital social da Light Esco - Prestação de Serviços S.A., sua subsidiária integral, à Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen").

A operação foi concluída com o pagamento pela Ecogen de R\$43.377 à Companhia, já descontados os saldos da dívida, após o cumprimento de todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, sendo certo que em até 60 dias será preparado balanço final, oportunidade na qual eventual diferença de preço poderá ser apurada e ajustada entre as partes.

b) Emissão da 15ª Debênture da controlada Light SESA

Em 24 de outubro de 2018, foi liquidada a 15ª emissão de debêntures incentivadas, ICVM nº 400, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da controlada Light SESA, no montante de R\$700.000. A debênture foi dividida em duas séries, a 1ª série no valor de R\$540.000 com custo IPCA + 6,83% a.a., com prazo de sete anos, e a 2ª série no valor de R\$160.000 com custo CDI + 2,2% a.a., com prazo de quatro anos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EFETIVOS	SUPLENTES
Nelson José Hubner Moreira	Andrea Belo Lisboa Dias
Marcello Lignani Siqueira	Roberto Miranda Pimentel Fully
André Juaçaba de Almeida	Yuri Fonseca Choucair Ramos
Mauro Borges Lemos	Sérgio Gomes Malta
Luis Fernando Paroli Santos	Brunno do Carmo Silva
Marcelo Rocha	Aline Bracks Ferreira
Silvio Artur Meira Starling	Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
João Pinheiro Nogueira Batista	VAGO
Ricardo Reisen de Pinho	Marcos Bastos Rocha
Raphael Manhães Martins	Bernardo Zito Porto
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTES
Edson Machado Monteiro	Leonardo Tadeu Dallariva Rocha
Paulo Roberto Ricci	Julio Cezar Alves de Oliveira
Domenica Eisentein Noronha	Maurício Rocha Alves de Carvalho

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Fernando Paroli Santos
Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de
Negócios e RI (interinamente)

Roberto Caixeta Barroso
Diretor de Finanças

Fábio Amorim da Rocha
Diretor de Gente e Gestão Empresarial

Marco Antonio Vilela de Oliveira
Diretor Comercial

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luis Fernando de Almeida Guimarães
Diretor de Energia

Ronald Cavalcante de Freitas
Diretor de Comunicação

Dalmer Alves de Souza
Diretor de Engenharia

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Righi Reis
Superintendente de Controladoria
CPF 044.566.946-29

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 094.894.347-52
CRC-RJ 103826/O-9